



RESULTADO

2T21

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2021

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; B3: TAEE3, TAEE4, TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do segundo trimestre de 2021.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, com base no método retrospectivo modificado, explicado na seção 4.4 deste documento.

A partir do 2T20, a Companhia revisou e alterou as nomenclaturas de receitas e custo relacionados à construção das infraestruturas de transmissão, onde (i) a “Receita de construção” passou a ser “Receita de implementação de infraestrutura”, (ii) a “Margem de construção” passou a ser “Margem na implementação de infraestrutura” e (iii) o “Custo de construção” passou a ser “Custo de implementação de infraestrutura”.

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através do Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, forneceu orientação quanto a aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 (equivalentes às IFRS 15 e IFRS 9, respectivamente) para as companhias transmissoras de energia elétrica de capital aberto principalmente relacionados a: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da Lei 12.783 – SE como Ativo de contrato; (iv) segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

A Companhia adequou suas práticas contábeis em relação aos seus ativos de contrato, revisando suas estimativas e julgamentos sobre as margens e taxas de remuneração dos projetos (taxas implícitas), visto que no modelo anterior utilizava-se as WACC regulatórias estabelecidas pela ANEEL. Todos os impactos foram calculados e registrados no 4T20, no entanto, para efeitos de comparabilidade, a Companhia procedeu com a rerepresentação dos valores correspondentes de 31 de março e de 30 de junho de 2020. Os saldos referentes ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2020 também serão rerepresentados na divulgação trimestral do respectivo resultado de 2021.

Com a adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, a partir de 1º de janeiro de 2019, as despesas com aluguéis deixaram de ser contabilizadas como outras despesas operacionais, passando a ser contabilizadas como despesas financeiras (linha de “Arrendamento”) e depreciação, em contrapartida no balanço, nas linhas de Passivo de Arrendamento (curto e longo prazos) e no Direito de Uso (longo prazo) do Ativo. Portanto, a partir de 2019, são observadas diferenças nas linhas de Outros custos e despesas operacionais e de despesas financeiras, entre os Resultados Regulatório e IFRS. É importante ressaltar que na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação.

É importante mencionar que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCRs se encerra em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações. Neste sentido, a Companhia informa que procedeu com uma baixa de R\$ 15,1 MM nas DCR's da Taesa e da concessão São João Transmissora de Energia S.A., na rubrica Outras Despesas Operacionais, relacionada a um contas a receber registrado com base em uma liminar referente aos recebimentos das RAPs dos meses de julho, agosto, outubro e novembro de 2019 de São João, tendo em vista a não recuperabilidade do mesmo. Portanto, a Companhia irá proceder com a reapresentação dos valores correspondentes ao encerramento do exercício social de 2020 na divulgação do resultado de encerramento do exercício social de 2021.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da Transirapé, Transudeste, Transleste (em conjunto, "Transmineiras"), ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.

Videoconferência de Resultados

Webcast em Português e Inglês: [Clique aqui](#)

12 de agosto de 2021
quinta-feira
Brasília 11h00
Nova York 10h00

| | |
|------------------------------|--|
| André Augusto Telles Moreira | Diretor Presidente |
| Erik da Costa Breyer | CFO e DRI |
| Cristiano Prado Grangeiro | Gerente de RI |
| Contato RI | investor.relations@taesa.com.br |
| Telefone | +55 21 2212 6060 |

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO | 5 |
| 2. RESUMO DO RESULTADO | 7 |
| 3. VISÃO GERAL | 9 |
| 3.1. Estrutura Societária | 9 |
| 3.2. Estrutura Societária TBE | 9 |
| 3.3. Estrutura Societária AIE | 10 |
| 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO | 11 |
| 4.1. Desempenho Operacional | 11 |
| 4.2. Ciclo da RAP 2021-2022 | 12 |
| 4.3. Queda de 50% da RAP | 13 |
| 4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47) | 15 |
| 4.5. Receita Líquida IFRS..... | 18 |
| 4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS | 20 |
| 4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS..... | 21 |
| 4.8. Receita Líquida Regulatória..... | 22 |
| 4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios | 23 |
| 4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório..... | 24 |
| 4.11. Composição do EBITDA Regulatório | 24 |
| 4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS..... | 25 |
| 4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória..... | 25 |
| 4.14. Resultado Financeiro Líquido | 26 |
| 4.15. Impostos..... | 27 |
| 4.16. Lucro Líquido | 30 |
| 4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio | 33 |
| 4.18. Endividamento | 34 |
| 4.19. Investimentos | 36 |
| 4.20. Projetos em Construção | 36 |
| 4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG) | 39 |
| 4.22. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19..... | 41 |
| 5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 42 |
| 5.1. Receita IFRS por Concessão | 42 |
| 5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)..... | 43 |
| 5.3. DRE 2T21 | 44 |
| 5.4. DRE 6M21 | 45 |
| 5.5. DRE IFRS 2T21 (Subsidiárias) | 46 |
| 5.6. DRE IFRS 6M21 (Subsidiárias) | 47 |
| 5.7. DRE Regulatório 2T21 (Subsidiárias) | 48 |
| 5.8. DRE Regulatório 6M21 (Subsidiárias) | 49 |
| 5.9. Reconciliação do EBITDA..... | 50 |
| 5.10. Balanço Patrimonial | 51 |
| 5.11. Fluxo de Caixa IFRS..... | 52 |
| 5.12. Fluxo de Caixa Regulatório..... | 53 |

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

MAIS UM TRIMESTRE DE SÓLIDOS RESULTADOS

A receita operacional líquida regulatória da Companhia apresentou um crescimento de 4,3% na comparação com o segundo trimestre de 2020, totalizando R\$ 402,4 MM. Já o EBITDA Regulatório da Companhia totalizou R\$ 333,1 MM no 2T21 e R\$ 647,8 MM no 6M21, apresentando um aumento de 4,5% e de 2,9% contra o 2T20 e 6M20, respectivamente. Assim, a margem EBITDA ficou em 82,3% no trimestre e 82,1% no acumulado.

Seguindo o movimento do trimestre passado, os índices macroeconômicos, principalmente o IGP-M, registraram uma forte alta neste trimestre. O IGP-M acumulado no 2T21 foi de +8,77%, sendo o principal fator a influenciar o crescimento de R\$ 233,7 MM no lucro líquido em IFRS entre os trimestres comparados. Assim, o lucro líquido IFRS totalizou R\$ 697,9 MM no trimestre e R\$ 1.253,7 MM na primeira metade do ano, um aumento anual de 50,3% e de 46,6%, respectivamente.

Na perspectiva operacional, a Companhia manteve um alto índice de disponibilidade, em 99,94%, e uma parcela variável de 1,28% da RAP no acumulado do ano, destacando o seu alto desempenho operacional e demonstrando excelência na operação e manutenção de suas linhas de transmissão.

Vale destacar que, em maio deste ano, a Companhia concluiu a 10ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 750 MM, segregadas em duas séries: (i) 1ª série no montante de R\$ 650 MM a um custo de CDI + 1,70% e vencimento em 7 anos (bullet), e (ii) 2ª série caracterizada como “título verde” no montante de R\$ 100 MM a um custo de IPCA + 5,7605% e vencimento em 15 anos, a ser destinado como aporte em dois projetos em construção: Ivaí e reforço de São Pedro.

A Taesa continua evoluindo na sua agenda da Sustentabilidade. No pilar social, a Companhia criou o programa de Diversidade e Inclusão composto por um plano de 18 ações segregadas em torno de 100 atividades com o objetivo de valorizar, promover e adotar a diversidade e a inclusão, tendo em vista que a combinação de diferentes perspectivas colabora para a resolução de problemas, promove a inovação, aumenta o engajamento e contribui para a sustentabilidade da Companhia e para a sociedade como um todo.

Em 13 de julho, a ANEEL publicou a resolução homologatória 2.895/21 estabelecendo a RAP das concessões de transmissão para o ciclo 2021-2022 passando a valer a partir de 1.º de julho de 2021 até 30 de junho de 2022, afetando portanto o resultado da Taesa a partir do 3T21. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 37,0% e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 8,06%. Assim, a RAP das 39 concessionárias do grupo Taesa no novo ciclo 2021-2022 totalizou R\$ 3.323,4 MM, 21,0% maior que a RAP total do ciclo anterior, já contemplando a redução de 50% da RAP das concessões de categoria II que sofrem esse efeito no novo ciclo.

A Companhia mantém seu foco na entrega dos 6 empreendimentos em construção com uma RAP total de R\$ 613,2 MM (ciclo 2021-2022, considerando apenas a participação da Taesa). É importante destacar que a Taesa já realizou o total de R\$ 3,1 bilhões de investimentos em projetos greenfield, sendo R\$ 2,1 bilhões somente entre 2020 e 2021, mesmo diante de um cenário adverso e desafiador de pandemia, o que atesta o seu compromisso na conclusão dos empreendimentos e na criação de valor.

Por fim, a Taesa reforça seu foco nos pilares estratégicos de crescimento sustentável, disciplina financeira, eficiência operacional e geração de valor aos seus acionistas, ratificando o compromisso de transmitir energia com confiabilidade, transparência e segurança para toda a sociedade, respeitando o meio ambiente e todos os stakeholders.

2. RESUMO DO RESULTADO

| Consolidado | | | | | | |
|------------------------|---------|---------|--------|---------|---------|---------|
| R\$ MM | 2T21 | 2T20* | Var.% | 6M21 | 6M20* | Var.% |
| Receita Líquida IFRS | 904,3 | 760,1 | 19,0% | 1.812,8 | 1.448,5 | 25,2% |
| Lucro Líquido IFRS | 697,9 | 464,2 | 50,3% | 1.253,7 | 855,5 | 46,6% |
| Receita Líquida Reg. | 402,4 | 385,7 | 4,3% | 788,8 | 758,5 | 4,0% |
| EBITDA Reg. | 331,1 | 316,8 | 4,5% | 647,8 | 629,5 | 2,9% |
| Margem EBITDA Reg. | 82,3% | 82,1% | 0,1 pp | 82,1% | 83,0% | -0,9 pp |
| Dívida Líquida | 5.936,5 | 4.433,5 | 33,9% | 5.936,5 | 4.433,5 | 33,9% |
| Dividendos e JCP Pagos | 1.028,5 | 303,5 | 238,9% | 1.028,5 | 303,5 | 238,9% |

| Consolidado e Participações | | | | | | |
|-----------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| R\$ MM | 2T21 | 2T20 | Var.% | 6M21 | 6M20 | Var.% |
| Receita Líquida IFRS | 1.508,6 | 1.352,0 | 11,6% | 2.864,2 | 2.151,3 | 33,1% |
| Lucro Líquido IFRS | 999,4 | 859,8 | 16,2% | 1.739,2 | 1.133,2 | 53,5% |
| Receita Líquida Reg. | 507,0 | 470,7 | 7,7% | 998,3 | 980,6 | 1,8% |
| EBITDA Reg. | 422,5 | 416,3 | 1,5% | 831,8 | 825,4 | 0,8% |
| Margem EBITDA Reg. | 83,3% | 83,5% | -0,2 pp | 83,3% | 84,2% | -0,9 pp |
| Dívida Líquida | 7.470,1 | 5.024,1 | 48,7% | 7.470,1 | 5.024,1 | 48,7% |
| Dívida Líquida/EBITDA | 4,6 | 3,3 | 0,4 pp | 4,6 | 3,3 | 0,4 pp |

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de junho de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de junho de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47 (IFRS).

RESULTADO IFRS

- Lucro líquido somou R\$ 697,9 MM no 2T21, 50,3% maior que o registrado no mesmo período de 2020, devido principalmente a:
 - (i) Maiores índices macroeconômicos registrados entre os períodos comparados, principalmente o IGP-M, com reflexo na receita de correção monetária (+R\$ 363,1 MM);
 - (ii) Aumento de 89,5% na equivalência patrimonial resultado também dos maiores índices macroeconômicos que impactaram positivamente a receita de correção monetária das participações;
 - (iii) Os efeitos acima foram compensados em parte por:
 - a. Redução da margem de implementação de infraestrutura em função dos menores investimentos em Janaúba, que se encontra em fase de conclusão.
 - b. Aumento das despesas financeiras líquidas, resultado do aumento do IPCA e do menor volume de caixa entre os períodos comparados.
- Pagamento de R\$ 1,03 bilhão entre dividendos e JCP no primeiro semestre de 2021, referente aos dividendos adicionais remanescentes de 2020 no valor de R\$ 561,9 MM e dividendos e JCP sobre o resultado do 1T21 no valor de R\$ 466,6 MM.

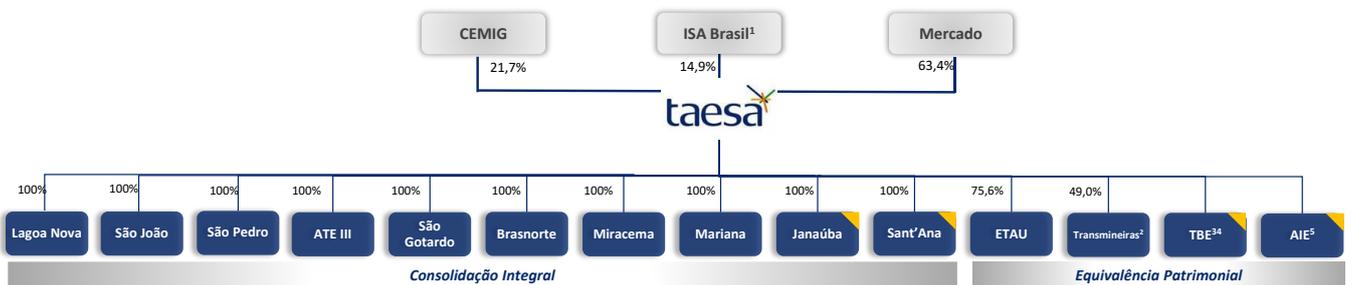
RESULTADO REGULATÓRIO

- A receita líquida totalizou R\$ 402,4 MM no 2T21, registrando um crescimento de 4,3% em relação ao mesmo período de 2021, explicado pela pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2020-2021 e entrada em operação de Mariana. Esses efeitos compensaram a queda da RAP de algumas concessões.
- Custos de PMSO alcançaram R\$ 71,3 MM no 2T21, 3,5% maior em relação ao 2T20, registrando um aumento abaixo da inflação do período, motivado principalmente por menores contingências cíveis e despesas com patrocínios.
- O EBITDA totalizou R\$ 331,1 MM no 2T21, apresentando um aumento anual de 4,5% e com uma margem EBITDA de 82,3%.
- Despesas financeiras líquidas fecharam em R\$ 172,4 MM, registrando um aumento anual de 521,6%, resultado do aumento do IPCA e do menor volume de caixa registrado no período.
- Lucro líquido ficou em R\$ 111,9 MM no 2T21, 56,5% menor que o mesmo período do ano anterior.
- Em 30 de junho de 2021, a dívida bruta da Companhia encerrou em R\$ 6.665,7 MM, um aumento sequencial de 6,5%. O caixa da Companhia ficou em R\$ 729,3 MM (-29,3% versus 1T21), resultando em uma dívida líquida de R\$ 5.936,5 MM (+13,6% no trimestre).
- A relação da dívida líquida / EBITDA da Taesa, consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, ficou em 4,6x (versus 3,9x no 1T21).
- Índice de disponibilidade foi de 99,94% e uma Parcela Variável (PV) de R\$ 11,3 MM no 6M21 (1,28% da RAP Consolidada). Aumento anual de R\$ 1,8 MM na PV é explicado principalmente pelos desligamentos/provisões ocorridos na Novatrans e TSN no semestre.

3. VISÃO GERAL

3.1. Estrutura Societária

As 39 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II); (ii) 10 investidas integrais (ATE III, Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Sant'Ana, São João, São Pedro e Lagoa Nova (nova denominação para Rialma I); e (iii) 19 participações (ETAU, Transmineiras, AIE e TBE). Dessas concessões, 6 projetos (Janaúba, Sant'Ana, ESTE, Aimorés, Paraguaçu e Ivai) estão em construção, conforme mostrado na estrutura societária da Companhia abaixo:



¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

² Transmineiras é um conjunto de participações da Taesa em 3 concessões : Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste (54,0%)

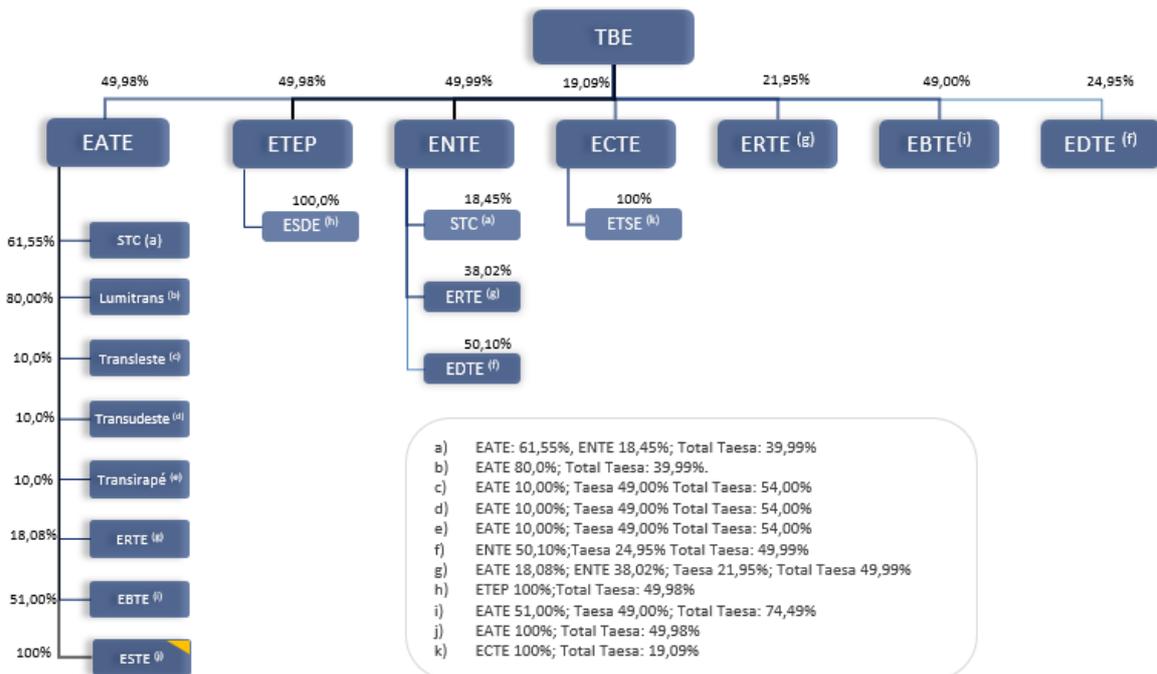
³ TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar.

⁴ ESTE é a única concessão do grupo TBE que está em construção

⁵ AIE – Aliança Interligação Elétrica é um grupo econômico da parceria das empresas TAESA e ISA CTEEP, atualmente responsável por implantar 3 novos empreendimentos

em construção

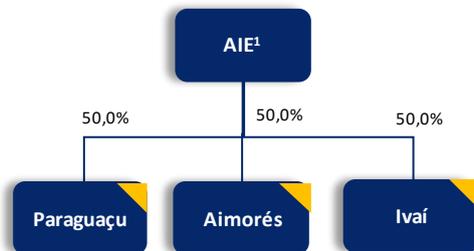
3.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar.

Em construção

3.3. Estrutura Societária AIE



¹AIE é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Cteep.

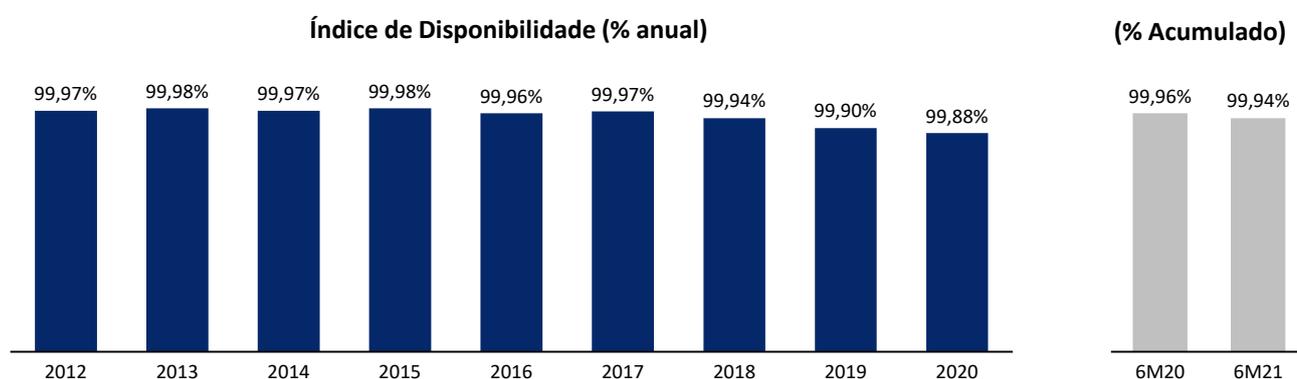
 *em construção*

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Desempenho Operacional

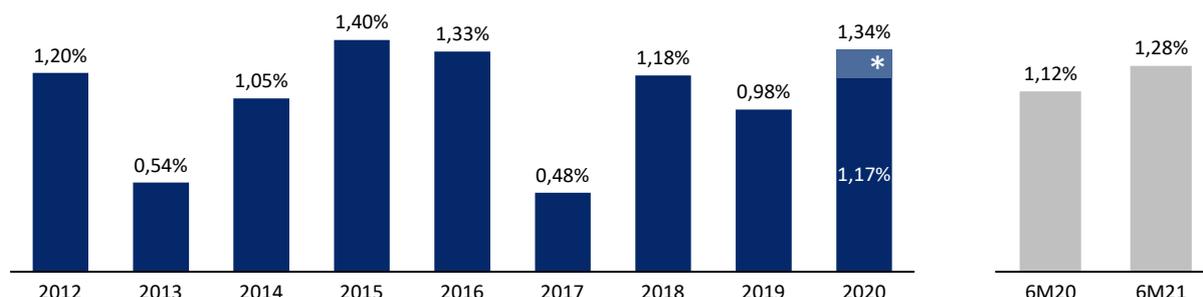
Com um alto desempenho operacional ao longo dos anos, a Taesa apresentou, no primeiro semestre de 2021, um índice de disponibilidade de 99,94%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, portanto, não considerando ETAU, Transmineiras, AIE e TBE.

O Índice de Disponibilidade é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.



$$\sum \frac{(\text{Extensão da linha} \times \text{horas disponíveis})/100}{(\text{Extensão da linha} \times 8.670 \text{ horas})/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



* PV's referentes aos eventos ocorridos anteriores à aquisição da concessão São João que foram indenizados no âmbito da transação.

A PV no 6M21 foi de R\$ 11,3 MM, um aumento de R\$ 1,8 MM em comparação ao mesmo período de 2020, resultado principalmente pelos maiores desligamentos/provisões ocorridos na Novatrans e TSN no semestre, sendo o principais eventos a seguir: (i) Novatrans: manutenção corretiva para troca de equipamento na SE Serra da Mesa, conectado à LT Serra da Mesa-Gurupi, referente ao banco de capacitores da Novatrans, em junho de 2021; (ii) Novatrans: desligamento intempestivo ocasionado na LT 500 kV Serra da Mesa-Gurupi C2, por fator não-recorrente, externo e alheio à Companhia, em maio de 2021; (iii) ETEO: desligamento programado na LT 440kV Assis-Sumaré, por fator não-recorrente, externo e alheio à Companhia, em abril de 2021; (iv) TSN: desligamento intempestivo causado por falha de fechamento no disjuntor da SE Serra da Mesa, em janeiro de 2021; e (v) Novatrans: desligamento programado na SE Gurupi para manutenção do banco de capacitores BSGUM14, em dezembro de 2020. A Companhia vem trabalhando para reverter a PV, no montante total de R\$ 4,8 MM, relacionada aos eventos (ii) e (iii) acima uma vez que foram provocados por evento fortuito externo.

4.2. Ciclo da RAP 2021-2022

Em 17 de julho de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 2.895/2021 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2021-2022, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2021 até 30 de junho de 2022, afetando portanto o resultado da Taesa somente a partir do 3T21. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 37,04%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 8,06%.

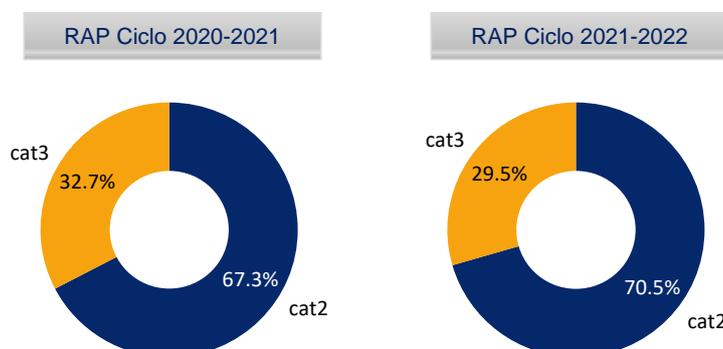
| RAP (R\$ MM) | Ciclo 2019-2020 | Ciclo 2020-2021 | Ciclo 2021-2022 |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Ajuste IGP-M | 7,6% | 6,5% | 37,0% |
| Novatrans ² | 330,9 | 352,5 | 483,3 |
| TSN ² | 301,0 | 325,1 | 454,6 |
| Munirah | 40,9 | 29,0 | 29,9 |
| GTESA | 5,5 | 5,9 | 8,1 |
| PATESA ² | 18,1 | 17,4 | 23,9 |
| ETAU ¹² | 38,5 | 29,9 | 39,1 |
| ETEO | 98,9 | 105,4 | 144,4 |
| NTE ² | 86,3 | 92,1 | 126,1 |
| STE ² | 48,6 | 50,6 | 69,5 |
| ATE I ² | 167,3 | 115,1 | 122,1 |
| ATE II ² | 258,7 | 275,5 | 273,6 |
| EATE ¹² | 122,2 | 130,6 | 179,0 |
| ETEP ¹ | 27,6 | 29,4 | 40,3 |
| ENTE ¹ | 102,0 | 67,3 | 92,2 |
| ECTE ¹ | 10,2 | 10,8 | 14,9 |
| ERTE ¹² | 19,5 | 15,3 | 21,0 |
| Lumitrans ¹² | 12,0 | 12,7 | 17,4 |
| Transleste ¹ | 24,7 | 19,3 | 18,0 |
| Transirapé ¹ | 20,1 | 22,2 | 29,4 |
| Transudeste ¹ | 15,3 | 16,3 | 18,4 |
| Subtotal | 1.748,3 | 1.722,3 | 2.205,1 |
| Ajuste IPC-A | 4,7% | 1,9% | 8,1% |
| ATE III ²³⁵ | 125,4 | 127,7 | 138,2 |
| São Gotardo ³ | 5,4 | 5,5 | 6,0 |
| Mariana ³ | 15,4 | 16,4 | 17,8 |
| Miracema ³ | 65,0 | 67,9 | 74,5 |
| Janaúba ³⁴ | 194,1 | 197,7 | 213,6 |
| Aimorés ¹³⁴ | 39,7 | 40,4 | 43,7 |
| Paraguaçu ¹³⁴ | 59,2 | 60,4 | 65,2 |
| Brasnorte ¹²³ | 27,6 | 28,1 | 30,8 |
| STC ¹²³ | 18,9 | 19,2 | 21,0 |
| EBTE ¹²³ | 34,4 | 36,4 | 40,4 |
| ESDE ¹³ | 7,0 | 7,2 | 7,8 |
| ETSE ¹²³ | 4,0 | 4,1 | 4,9 |
| ESTE ¹³⁴ | 56,1 | 57,2 | 61,8 |
| Ivaí ¹³⁴ | 147,0 | 149,8 | 161,8 |
| EDTE ¹³ | 34,6 | 35,2 | 38,1 |
| Sant'Ana ⁴ | 60,9 | 62,1 | 67,1 |
| São João | 47,6 | 49,8 | 53,9 |
| São Pedro | 44,9 | 46,5 | 57,9 |
| Lagoa Nova | 12,6 | 12,9 | 13,9 |
| Subtotal | 999,8 | 1.024,6 | 1.118,3 |
| Total | 2.748,1 | 2.746,9 | 3.323,4 |

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas, a RAP total¹ (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2021-2022 é de R\$ 3.323,4 MM, sendo 52,2% no nível da *holding*. A RAP operacional da Taesa para o ciclo 2021-2022 ficou em R\$ 2.710 MM, contra R\$ 2.179 MM para o ciclo 2020-2021.

O reajuste da RAP para o ciclo 2021-2022 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) **Munirah, ETAU, ATE I, ATE II, Transleste, Transirapé, Transudeste** sofreram impacto da queda de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide seção 4.3); (ii) **São Pedro, EATE, ENTE**, apresentaram entrada em operação de reforços; (iii) **Novatrans, TSN, GTESA, NTE, STE, ECTE, ETAU, ATE II e Brasnorte** apresentaram efeito de revisão tarifária em seus reforços; e (iv) **Miracema, STC, EBTE e ESDE** apresentaram efeito de revisão tarifária.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE, Sant'Ana, São João, São Pedro e Lagoa Nova devem ser adicionados de PIS/COFINS.

É importante mencionar que os valores do ciclo 2021-2022 ainda estão em fase de homologação e estão sujeito a alterações.



¹ Valor de RAP proporcional à participação da Taesa

² Incluindo os reforços

³ Adicionar PIS/COFINS

⁴ Em Construção

⁵ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

4.3. Queda de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para os ciclos 2016-2017, 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020 e 2020-2021, as seguintes concessões atingiram o 16º ano de operação¹:

- **ETEO**: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE³**: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% entrou em 26/3/2017.
- **ETEP³**: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE³**: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN³**: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018, e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA**: 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE**: 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE³**: 19,0% da RAP da STE entrou no 16º ano de operação em 27/6/2019, 36,6% da RAP em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.
- **PATESA³**: 98,2% da RAP da PATESA entrou no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE³**: 71,5% da RAP da ERTE entrou no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE**: 100% da RAP da ENTE entrou no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU³**: 34,2% da RAP da ETAU entrou no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.
- **Munirah**: 100% da RAP da Munirah entrou no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I**: 54,0% da RAP da ATE I entrou no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste**: 100% da RAP da Transleste entrou no 16º ano de operação em 18/12/2020.

Para o ciclo futuro 2021-2022, as seguintes concessões irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **ATE II**: 100% da RAP da ATE II entrará no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste**: 100% da RAP da Transudeste entrará no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- **Transirapé³**: 45,1% da RAP da Transirapé entrará no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.

Para o ciclo futuro 2022-2023, as seguintes concessões irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **Lumitrans³**: 99,9% da RAP da Lumitrans entrará no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- **STC³**: 71,9% da RAP da STC entrará no 16º ano de operação em 8/11/2022.
- **ATE III³**: 54,4% da RAP da ATE III entrará no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

Notas:

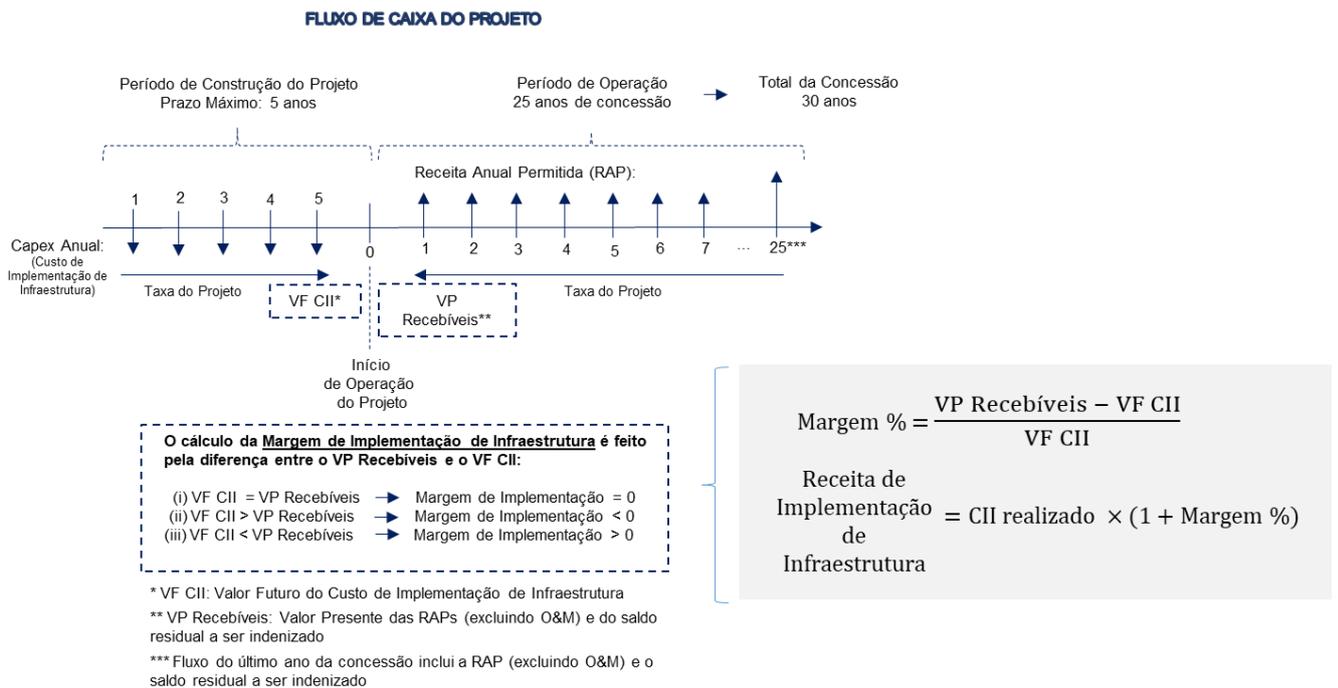
1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria II sujeitos à queda de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.

4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

Na contabilização em IFRS até o 3º trimestre de 2018, os investimentos eram reconhecidos como Ativo Financeiro a custo amortizado, conforme a Resolução nº 1.261 de 10/12/2009 (Conselho Federal de Contabilidade). Como consequência, a receita em IFRS refletia a movimentação do Ativo Financeiro. A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo Contratual).

A taxa considerada para o cálculo do Ativo Financeiro era a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro (TRAF) que igualava o valor presente dos investimentos com o valor presente do fluxo de recebimentos do ativo financeiro, isto é, era a taxa interna de retorno do fluxo. Para o cálculo do Ativo Contratual, a taxa adotada passa a ser a taxa de mercado à época do leilão, fixada ao longo do prazo da concessão (“Taxa do Projeto”). A Taesa optou por adotar o WACC real de leilão (ANEEL) como a Taxa do Projeto por ser uma taxa conhecida e de referência para o mercado. É importante mencionar que essa alteração na taxa acima explicada se aplica apenas às empresas que foram construídas pela Companhia ou estão em processo de construção. No caso de aquisições, *brownfield*, não houve mudança de taxa, por não ser possível retroagir à data de construção do projeto. Desse modo, entendemos que a taxa até então utilizada é a mais adequada.

Com base no exposto acima, a contabilização do ativo de transmissão passou a vigorar como Ativo Contratual e não mais como Ativo Financeiro. Portanto, o Ativo Contratual é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto.



No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo Contratual), as eficiências/ineficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de implementação de infraestrutura. Isto é, a receita de implementação de infraestrutura passa a constituir uma margem de implementação, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Implementação no momento da entrada em operação (vide figura acima). Portanto, se antes no Ativo Financeiro o impacto da construção no resultado era praticamente nulo durante a fase pré-operacional (receita de implementação era igual ao custo de implementação mais PIS/COFINS), agora no Ativo Contratual a margem de implementação impactará a Demonstração de Resultados do projeto. Em outras palavras, a receita de implementação passa a ser calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de implementação mais a margem de implementação, que inclui também o juros de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual.

Outra mudança importante acontece na linha de remuneração do ativo. No método do Ativo Financeiro, a receita de remuneração era calculada a partir da TRAF que incidia sobre o saldo do ativo financeiro desde o início da concessão. No método do Ativo Contratual, essa receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e passa a ser contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, os juros de remuneração fazem parte da Receita de Implementação de Infraestrutura e o cálculo é o mesmo descrito acima.

As demais linhas da receita em IFRS (O&M e Correção Monetária do Ativo) mantem exatamente o mesmo critério de contabilização do método utilizado anteriormente.

Outra mudança na adoção do CPC 47 ocorre no tratamento de adiantamento com fornecedores. Anteriormente com o Ativo Financeiro, o adiantamento era registrado diretamente no balanço patrimonial como ativo financeiro, e portanto não transitava no resultado. A partir da contabilização pelo Ativo Contratual, esse adiantamento deve necessariamente passar pelo resultado como custo de implementação de infraestrutura.

Adicionalmente, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM publicou o Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, com orientação quanto a aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 (equivalentes às IFRS 15 e IFRS 9, respectivamente) para as companhias transmissoras de energia elétrica de capital aberto. Assim, a Companhia adequou suas práticas contábeis em relação aos seus ativos de contrato, revisando suas estimativas e identificou os seguintes impactos, líquidos de impostos: (i) R\$ 124,9 MM para o exercício de 2020, registrados no resultado do exercício; e (ii) R\$ 63.5 MM para exercícios anteriores, registrados na conta de reserva especial no Patrimônio Líquido.

Impactos da mudança contábil do CPC-47 registrados até o momento:

Os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

- (i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 1º de janeiro de 2018, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido), no montante de R\$113.399.544,45, referentes a exercícios anteriores.
- (ii) Para o Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 116.924.085,17 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iii) Para o Exercício Social de 2019, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 291.323.518,24 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iv) Para o Exercício Social de 2020, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 631.469.547,58 (inclusive o montante de R\$ 124.947.792,20 relacionado ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº04/2020) que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício. Além disso, o montante de R\$ 63.583.002,83 relacionado também ao OFÍCIO-

CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 para os exercícios anteriores foi registrado na conta de reserva especial, no patrimônio líquido de 2020.

É importante ressaltar que para o ano de 2020 e para o 1º trimestre de 2021 a reserva legal (5%) não foi constituída com base no art. 193 parágrafo 1º da Lei das S.A. que diz que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% do capital social.

Os ajustes acima mencionados somam R\$ 1.216.699.698,28, sendo R\$ 1.196.287.318,11 contabilizados como Reserva Especial e R\$ 20.412.380,17 como Reserva Legal (5%).

Em 30 de junho de 2021, os ajustes gerados pela adoção do CPC-47 no resultado líquido somam R\$ 151.746.824,21, contabilizados na conta de Lucros Acumulados.

É importante ressaltar que os efeitos relativos à adoção do CPC 47 são excluídos do lucro líquido distribuível e durante o exercício são contabilizados na conta de Lucros Acumulados, sendo destinados para as contas de Reserva Especial e Reserva Legal ao final do exercício social.

4.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 2T21 foi de R\$ 904,3 MM, 19,0% maior que o 2T20, em função do aumento da correção monetária do ativo contratual explicado pela alta dos índices inflacionários, compensado em parte pela menor receita de implementação de infraestrutura.

A Receita Líquida IFRS do 6M21 foi de R\$ 1.812,8 MM, 25,2% maior que o registrado no 6M20.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 4.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de implementação de infraestrutura que passa a contabilizar uma margem de implementação de infraestrutura, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do segundo trimestre de 2021 foram: IGP-M de 2,94%, 1,51% e 4,10% (acumulado +8,77%), e IPCA de 0,93%, 0,31% e 0,83% (acumulado +2,08%), referente aos meses de março, abril e maio de 2021, respectivamente. No segundo trimestre de 2020, o IGP-M foi de 1,24%, 0,80% e 0,28% (acumulado +2,34%), e IPCA de 0,07%, -0,31% e -0,38% (acumulado -0,62%), referente aos respectivos meses de 2020.

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

| R\$ MM | 2T21 | 2T20* | Var.% | 6M21 | 6M20* | Var.% |
|---|---------------|---------------|--------------|----------------|----------------|--------------|
| Operação e manutenção | 175,0 | 165,1 | 6,0% | 350,1 | 326,3 | 7,3% |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | 186,8 | 163,9 | 14,0% | 373,8 | 312,7 | 19,6% |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | 441,0 | 77,9 | 466,1% | 805,9 | 201,2 | 300,4% |
| Implementação de infraestrutura | 169,8 | 425,2 | -60,1% | 419,0 | 740,8 | -43,4% |
| Total Receitas IFRS | 972,7 | 832,1 | 16,9% | 1.948,7 | 1.581,1 | 23,3% |
| Parcela variável | (7,0) | (3,1) | 123,4% | (11,3) | (9,5) | 18,8% |
| Outras receitas operacionais | 6,1 | 6,0 | 1,7% | 11,9 | 20,1 | -40,4% |
| Receita operacional bruta | 971,8 | 835,0 | 16,4% | 1.949,4 | 1.591,7 | 22,5% |
| PIS e COFINS | (51,1) | (56,6) | -9,7% | (103,9) | (107,1) | -2,9% |
| ISS | (0,2) | (0,1) | 66,8% | (0,3) | (0,2) | 66,3% |
| ICMS | (0,0) | (0,0) | -91,5% | (0,0) | (0,0) | -82,2% |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | (16,2) | (18,2) | -10,7% | (32,4) | (35,9) | -9,7% |
| Deduções da receita operacional bruta | (67,5) | (74,9) | -9,9% | (136,7) | (143,2) | -4,6% |
| Receita operacional líquida | 904,3 | 760,1 | 19,0% | 1.812,8 | 1.448,5 | 25,2% |

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de junho de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de junho de 2021, em função do impacto do OFCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento anual de 6,0% da receita de O&M se deve principalmente ao reajuste inflacionário do ciclo 2020-2021, de 6,51% no IGP-M e 1,88% no IPCA, considerando a variação entre os períodos de julho de 2020 a junho de 2021, conforme Resolução Homologatória nº 2.275/20.
- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). O resultado do 2T21 apresentou um aumento de 14,0% na comparação anual devido a: (i) impacto significativo da correção monetária no saldo do ativo contratual nos doze últimos meses que mais que compensou o efeito natural da amortização do ativo pelos recebimentos, e (ii) entrada em operação de Mariana em maio de 2020.
- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação. A receita de correção monetária apresentou um crescimento de R\$ 363,1 MM entre o 2T21 e o 2T20 em razão do aumento dos índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados, com maior efeito do IGP-M que registrou 8,77% no acumulado do trimestre contra 2,34% no mesmo período de 2020, conforme apresentado mais acima. Esta linha também foi impactada pela entrada em operação de Mariana.

- **Implementação de infraestrutura:** Conforme explicado na seção 4.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de implementação nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de implementação durante o período pré-operacional. A redução na receita de implementação de 60,1% entre o 2T21 e o 2T20 se deve basicamente aos menores investimentos em Janaúba que foram compensados em parte pelos maiores investimentos em Sant'Ana e São Pedro.
- **Parcela variável (PV):** A PV aumentou 123,4% entre o 2T21 e o 2T20 pelos maiores desligamentos/provisões ocorridos na concessão de Novatrans. Para maiores detalhes vide seção 4.1.
- **Outras receitas operacionais:** O resultado de outras receitas operacionais do 2T21 ficou praticamente em linha com resultado apresentado no 2T20.
- **Deduções da receita bruta:** Apesar do aumento da receita operacional bruta, houve uma redução de 9,7% no PIS/Cofins devido à queda da receita de implementação de Janaúba em função dos menores investimentos nesta concessão, considerando que Janaúba possui uma alíquota maior de PIS/Cofins (9,25%). Esta queda foi compensada em parte pelo aumento de receita de correção monetária registrada no período por concessões com uma alíquota menor de PIS/Cofins.

4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 169,4 MM no 2T21, 47,0% menor quando comparado ao 2T20.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram no semestre R\$ 409,1 MM, 28,9% maior quando comparado ao 6M20.

| Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado) | | | | | | |
|---|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|---------------|
| R\$ MM | 2T21 | 1T20 | Var.% | 6M21 | 6M20 | Var.% |
| Pessoal | (43,3) | (41,1) | 5,3% | (86,1) | (79,7) | 8,1% |
| Material | (96,3) | (249,8) | -61,4% | (264,9) | (444,6) | -40,4% |
| Serviço de terceiros | (23,8) | (20,0) | 18,8% | (35,8) | (34,3) | 4,1% |
| Outros | (0,2) | (4,7) | -95,8% | (11,8) | (9,5) | 24,5% |
| Total | (163,6) | (315,7) | -48,2% | (398,6) | (568,2) | -29,8% |
| Depreciação e amortização | (5,8) | (4,0) | 43,6% | (10,5) | (7,5) | 40,1% |
| Total | (169,4) | (319,7) | -47,0% | (409,1) | (575,7) | -28,9% |

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 5,3% na comparação entre o 2T21 e o 2T20 é explicado pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 5,45% (resultado do *mix* dos índices de inflação do ciclo da RAP 2020-2021 – 6,51% no IGP-M e 1,88% no IPCA).
- **Material:** A redução anual de R\$ 148,6 MM se deve, principalmente, aos menores investimentos no empreendimento em construção de Janaúba (-R\$ 177,4 MM) e na concessão de Mariana (-R\$ 10,9 MM), concluída em maio de 2020. Esta redução foi parcialmente compensada pelos maiores investimentos no empreendimento de Sant'ana (+36,7 MM) e no novo reforço de São Pedro (+2,8 MM).
- **Serviços de terceiros:** O aumento de 18,8% na comparação anual foi influenciado principalmente pelo aumento das despesas com serviços e consultoria de TI.
- **Outros:** Essas despesas apresentaram uma redução anual de 95,8% principalmente devido a menores contingências cíveis e despesas com patrocínios.
- **Depreciação e amortização:** O aumento anual de 43,6% é explicado basicamente pela unitização do projeto de implementação do SAP S/4 Hana, o que gerou um aumento na depreciação do 2T21 em comparação ao 2T20.

4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS

No 2T21, o EBITDA IFRS totalizou R\$ 740,7 MM com margem EBITDA de 81,9%. O aumento de 66,7% do EBITDA IFRS na comparação anual é explicado basicamente pelos maiores índices macroeconômicos registrados no período que impactaram positivamente a receita de correção monetária do ativo contratual.

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

EBITDA IFRS (Consolidado)

| | R\$ MM | 2T21 | 2T20* | Var.% | 6M21 | 6M20* | Var.% |
|----------------------|--------|--------------|--------------|----------------|----------------|--------------|----------------|
| Receita líquida | | 904,3 | 760,1 | 19,0% | 1.812,8 | 1.448,5 | 25,2% |
| Custos e despesas | | (163,6) | (315,7) | -48,2% | (398,6) | (568,2) | -29,8% |
| EBITDA | | 740,7 | 444,4 | 66,7% | 1.414,2 | 880,3 | 60,7% |
| Margem EBITDA | | 81,9% | 58,5% | 23,4 pp | 78,0% | 60,8% | 17,2 pp |

*A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de junho de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de junho de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

4.8. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 2T21 alcançou R\$ 402,4 MM, 4,3% maior que o registrado no 2T20, explicado pelo reajuste inflacionário e entrada em operação de Mariana, efeitos compensados em parte pela queda da RAP de algumas concessões.

Receita Líquida Regulatória no 6M21 somou R\$ 788,8 MM, apresentando um aumento anual de 4,0%.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção 4.5 da Receita Líquida IFRS, visto que esse reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo contratual que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS. Por outro lado, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide seção 4.2).

O crescimento na linha da RAP de 2,0% entre o 2T21 e o 2T20 é explicado, basicamente, pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2020-2021 (6,51% em IGP-M e 1,88% em IPCA) e pela entrada em operação da concessão de Mariana. O aumento foi compensado em parte pela redução da RAP das concessões Munirah, PATESA, STE e ATE I (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de queda nas seções 4.2 e 4.3).

A Parcela Variável (PV) teve um aumento de R\$ 3,9 MM na comparação entre o 2T21 e o 2T20 devido aos maiores desligamentos/provisões no 2T21 na concessão Novatrans. Para maiores detalhes vide seção 4.1.

Outras receitas operacionais apresentaram um aumento de R\$ 9,1 MM referente à reversão no 2T21 da parcela de ajuste de São João contabilizada no 1T21, que passou a ser registrada diretamente no passivo em função de mudança de entendimento na contabilidade sobre este evento. Essa parcela de ajuste vem sendo contabilizada desde 3T20 em função do cancelamento da TLD de São João definida na resolução homologatória 2.275/20, referente ao processo administrativo nº 48500.002803/2017-41 da ANEEL instaurado antes da conclusão da aquisição do ativo. É importante mencionar que registro não teve impacto financeiro na Companhia uma vez que o valor foi acertado via conta garantia na data de conclusão.

A redução de 6,7% dos encargos setoriais é explicada pela redução da tarifa de Reserva Global de Reversão – RGR, entre os períodos comparados, como resultado dos efeitos do despacho ANEEL nº 2.403/2020. Vale mencionar que as novas concessões que impactaram positivamente o resultado na comparação anual são dispensadas do recolhimento da RGR, de acordo com a Lei nº 12.783/2013, que dispensa esse recolhimento para as concessões licitadas a partir de 12 de setembro de 2012.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

| R\$ MM | 2T21 | 2T20 | Var.% | 6M21 | 6M20 | Var.% |
|---|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|
| RAP Concessionárias | 439,9 | 431,3 | 2,0% | 879,6 | 850,0 | 3,5% |
| Parcela Variável | (7,0) | (3,1) | 123,4% | (11,3) | (9,5) | 18,8% |
| Receita do Serviço | 433,0 | 428,2 | 1,1% | 868,4 | 840,5 | 3,3% |
| Outras receitas operacionais | 9,4 | 0,3 | 3404,1% | 0,7 | 0,5 | 39,9% |
| Receita operacional bruta | 442,3 | 428,5 | 3,2% | 869,1 | 841,0 | 3,3% |
| PIS e COFINS | (23,6) | (24,4) | -3,5% | (47,5) | (46,4) | 2,5% |
| ISS | (0,2) | (0,1) | 66,8% | (0,3) | (0,2) | 66,0% |
| ICMS | (0,0) | (0,0) | -91,5% | (0,0) | (0,0) | -82,1% |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | (16,2) | (18,2) | -10,7% | (32,4) | (35,9) | -9,7% |
| Total Deduções | (40,0) | (42,7) | -6,5% | (80,3) | (82,5) | -2,7% |
| Receita operacional líquida | 402,4 | 385,7 | 4,3% | 788,8 | 758,5 | 4,0% |

4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 135,6 MM no 2T21, 4,8% maior quando comparado ao 2T20. Os custos de PMSO somaram R\$ 71,3 MM, registrando um aumento anual de 3,5%.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização no primeiro semestre do ano alcançaram R\$ 268,4 MM, 8,8% maior na comparação anual. Os custos de PMSO somaram no 6M20 R\$ 141,0 MM, registrando um aumento de 9,3%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

| R\$ MM | 2T21 | 2T20 | Var.% | 6M21 | 6M20 | Var.% |
|---------------------------|----------------|----------------|-------------|----------------|----------------|-------------|
| Pessoal | (43,3) | (41,1) | 5,3% | (86,1) | (79,7) | 8,1% |
| Material | (1,7) | (0,8) | 113,3% | (2,4) | (1,1) | 115,7% |
| Serviço de terceiros | (23,8) | (20,0) | 18,8% | (35,8) | (34,3) | 4,1% |
| Outros | (2,5) | (7,0) | -63,7% | (16,7) | (13,9) | 20,4% |
| Total | (71,3) | (68,9) | 3,5% | (141,0) | (129,0) | 9,3% |
| Depreciação e amortização | (64,3) | (60,5) | 6,2% | (127,4) | (117,7) | 8,3% |
| Total | (135,6) | (129,4) | 4,8% | (268,4) | (246,7) | 8,8% |

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e depreciação e amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de implementação no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças nas linhas de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R\$ 71,3 MM no 2T21 (+3,5% versus 2T20), explicado pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 5,3% na comparação entre o 2T21 e o 2T20 é explicado pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 5,45% (resultado do *mix* dos índices de inflação do ciclo da RAP 2020-2021 – 6,51% no IGP-M e 1,88% no IPCA).
- **Material:** O aumento de R\$ 0,9 MM entre o 2T21 e o 2T20 se deve aos maiores gastos com operação e manutenção de São João e TSN.
- **Serviços de Terceiros:** O aumento de 18,8% na comparação anual foi influenciado principalmente pelo aumento das despesas com serviços e consultoria de TI.
- **Outros:** Essas despesas apresentaram uma redução anual de 63,7% principalmente devido a menores contingências cíveis e despesas com patrocínios.
- **Depreciação e Amortização:** O aumento de 6,2% da depreciação, na comparação entre o 2T21 e o 2T20, refere-se às unitizações das empresas adquiridas do empreendimento de Mariana concluído em 2020, reforço de São Pedro e projeto de implantação do sistema SAP S/4 Hana.

4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 2T21 atingiu R\$ 331,1 MM, 4,5% maior que o registrado no 2T20 e uma margem EBITDA de 82,3%. Conforme mencionado anteriormente o reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2020-2021 (6,51% em IGP-M e 1,88% em IPCA) e a entrada em operação de Mariana em 2020 compensaram a queda de 50% da RAP de algumas concessões. Estes efeitos associados a custos sob controle explicam o desempenho positivo do EBITDA e aumento da margem EBITDA na comparação anual.

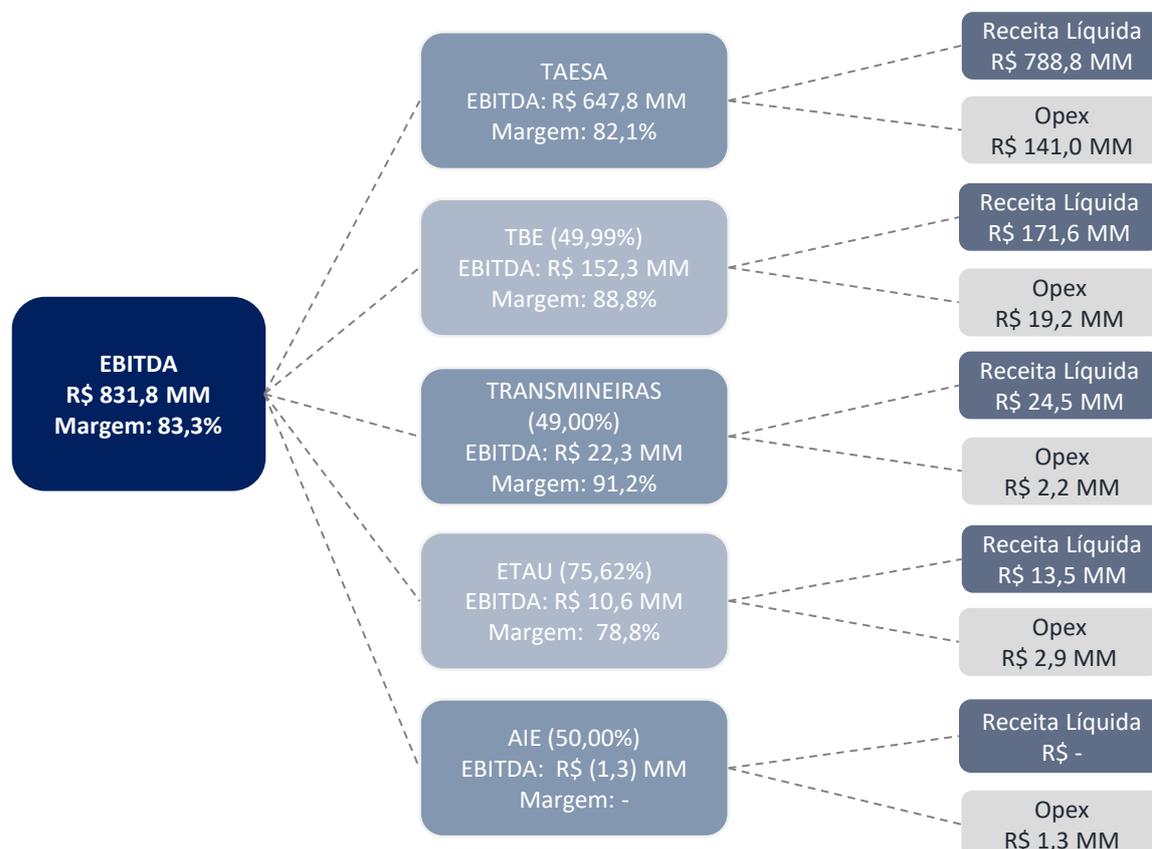
No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

EBITDA Regulatório (Consolidado)

| | R\$ MM | 2T21 | 2T20 | Var.% | 6M21 | 6M20 | Var.% |
|----------------------|--------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|----------------|
| Receita líquida | | 402,4 | 385,7 | 4,3% | 788,8 | 758,5 | 4,0% |
| Custos e despesas | | (71,3) | (68,9) | 3,5% | (141,0) | (129,0) | 9,3% |
| EBITDA | | 331,1 | 316,8 | 4,5% | 647,8 | 629,5 | 2,9% |
| Margem EBITDA | | 82,3% | 82,1% | 0,1 pp | 82,1% | 83,0% | -0,9 pp |

4.11. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra o EBITDA Regulatório do primeiro semestre de 2021 considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, Transmineiras, AIE e TBE).



4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 2T21 totalizou R\$ 280,2 MM, 89,5% maior que o 2T20. Já no primeiro semestre de 2021, a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R\$ 485,4 MM, 50,8% maior que o mesmo período de 2020.

Equivalência Patrimonial IFRS

| | R\$ MM | 2T21 | 2T20* | Var.% | 6M21 | 6M20 | Var.% |
|---------------------------------------|--------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| ETAU | | 11,0 | 3,1 | 260,0% | 24,1 | 6,7 | 258,1% |
| TBE | | 191,8 | 79,3 | 142,0% | 328,6 | 180,0 | 82,5% |
| Aimorés | | 5,5 | 12,6 | -56,4% | 10,3 | 35,9 | -71,3% |
| Paraguaçu | | 7,9 | 21,4 | -62,9% | 14,9 | 60,4 | -75,4% |
| Ivaí | | 35,5 | 22,9 | 54,9% | 63,1 | 22,2 | 183,8% |
| Transmineiras | | 28,4 | 8,6 | 228,4% | 44,5 | 16,5 | 169,0% |
| Total Equivalência Patrimonial | | 280,2 | 147,8 | 89,5% | 485,4 | 321,8 | 50,8% |

*A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de março de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de março de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

O aumento de 89,5% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 2T21 e o 1T20, se deve principalmente a: (i) variação positiva na receita de correção monetária no resultado da TBE, Transmineiras e ETAU em função do aumento dos índices macroeconômicos registrados nos períodos; e (ii) maiores investimentos nas concessões em construção (ESTE, que faz parte da TBE, e Ivaí do grupo AIE). Estes efeitos foram compensados parcialmente pelos menores investimentos nas concessões Aimorés e Paraguaçu, pelas maiores despesas financeiras relativas a 1ª emissão de debêntures de Ivaí e 2ª emissão de debêntures da EDTE indexadas ao IPCA.

4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 2T21 totalizou R\$ 32,8 MM, -43,1% menor que o registrado no 2T20. No primeiro semestre de 2021, a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em R\$ 71,5 MM, 27,1% menor que o registrado no 6M20.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

| | R\$ MM | 2T21 | 2T20 | Var.% | 6M21 | 6M20 | Var.% |
|---------------------------------------|--------|-------------|-------------|---------------|-------------|--------------|---------------|
| ETAU | | 3,0 | 4,3 | -31,2% | 12,8 | 8,6 | 48,9% |
| TBE | | 47,4 | 59,8 | -20,7% | 97,4 | 115,7 | -15,8% |
| Aimorés | | 0,0 | (0,1) | - | 0,0 | (0,2) | - |
| Paraguaçu | | (0,0) | (0,2) | -96,1% | (0,1) | (0,3) | -73,6% |
| Ivaí | | (12,9) | (1,2) | 1010,7% | (29,2) | (14,9) | 95,6% |
| Transmineiras | | 8,9 | 8,5 | 5,4% | 17,8 | 16,5 | 8,2% |
| Resultado das Controladas | | 46,4 | 71,2 | -34,8% | 98,8 | 125,4 | -21,2% |
| Amortização do ágio - TBE | | (13,6) | (13,6) | 0,0% | (27,3) | (27,3) | 0,0% |
| Total Equivalência Patrimonial | | 32,8 | 57,5 | -43,1% | 71,5 | 98,1 | -27,1% |

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 2T21 apresentou uma redução de 43,1% na comparação anual motivado pela queda de 50% na RAP da ETAU, Transleste, ERTE e ENTE, do grupo TBE, pelo aumento das despesas financeiras relativas a 1ª emissão de debêntures de Ivaí e à 2ª emissão de debêntures da EDTE indexadas ao IPCA, compensado em parte pelo reajuste inflacionário da RAP no ciclo 2020-2021.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

4.14. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 173,1 MM no 2T21, 508,4% maior que o registrado no 2T20. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 172,4 MM, 521,6% maior na comparação anual.

No primeiro semestre de 2021 a despesa financeira líquida IFRS fechou em R\$ 356,2 MM, apresentando um aumento de 118,1% contra 6M20. A despesa financeira líquida regulatória alcançou R\$ 354,8 MM, 119,2% maior em relação ao primeiro semestre de 2020.

Resultado Financeiro IFRS

| | R\$ MM | 2T21 | 2T20 | Var.% | 6M21 | 6M20 | Var.% |
|--------------------------------------|--------|----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|---------------|
| Receitas Financeiras | | 7,1 | 9,3 | -23,5% | 11,6 | 22,3 | -48,2% |
| Renda de aplicação financeira | | 7,2 | 9,3 | -23,4% | 11,6 | 22,3 | -48,2% |
| Despesas Financeiras | | (180,3) | (37,8) | 377,0% | (367,8) | (185,6) | 98,2% |
| Juros incorridos | | (98,1) | (73,4) | 33,6% | (185,3) | (149,2) | 24,2% |
| Variações monetárias e cambiais | | (76,4) | 28,5 | n/a | (171,2) | (26,1) | 555,0% |
| Ajuste ao valor justo | | (0,0) | 12,4 | - | (0,0) | 0,0 | n/a |
| Arrendamento | | (0,7) | (0,7) | -0,9% | (1,4) | (1,4) | -2,1% |
| Outras despesas/receitas financeiras | | (5,0) | (4,6) | 10,2% | (9,9) | (8,8) | 12,3% |
| Total IFRS | | (173,1) | (28,5) | 508,4% | (356,2) | (163,3) | 118,1% |

A redução anual de 23,4% nas Receitas Financeiras ocorreu em razão do menor volume de caixa médio aplicado como resultado do pagamento de R\$ 1,03 bilhão em dividendos e JCP e da liquidação CCB do Citibank e Bradesco no montante de R\$ 456,7 MM. A queda foi compensada parcialmente pela maior rentabilidade das aplicações financeiras e aumento do CDI, pela captação de R\$ 750 MM referente a 10ª emissão de debêntures da Taesa ocorrida em 15 de maio de 2021 e pelo recebimento de R\$ 225,4 MM em dividendos das controladas.

O aumento na linha de juros incorridos se devem pelo aumento do principal da dívida em função da correção pela inflação, impactando a base de cálculo dos juros incorridos, e pelo aumento do CDI entre os períodos comparados.

O aumento na linha de variações monetárias e cambiais na comparação entre o 2T21 e o 2T20 é explicado pelo aumento da inflação acumulada em IPCA registrada no período, apesar da redução do volume médio da dívida em IPCA. Cabe destacar que o IPCA registrado no 2T20 foi negativo, impactando positivamente esta linha da despesa financeira daquele trimestre.

A redução na rubrica de ajuste a valor justo se refere a uma reclassificação contábil do saldo de R\$ 12,4 MM no 2T20 em função da atualização da metodologia do swap da 1ª série da 6ª emissão, de CDI para IPCA, em 2019.

A linha de outras despesas/receitas financeiras apresentou um aumento de 10,2% na comparação anual, explicado pela atualização monetária das provisões para contingências cíveis, tributárias e trabalhistas compensada pela redução das despesas de PIS/COFINS sobre as aplicações financeiras.

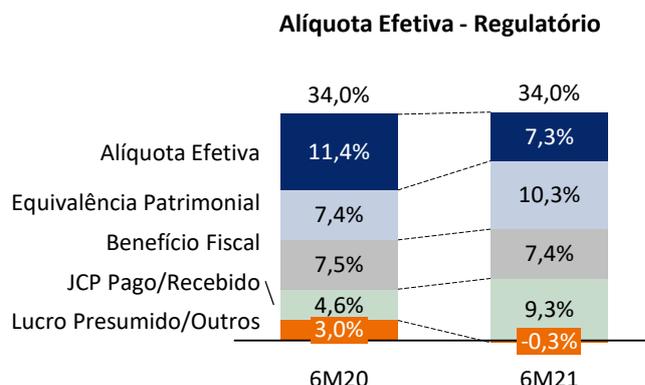
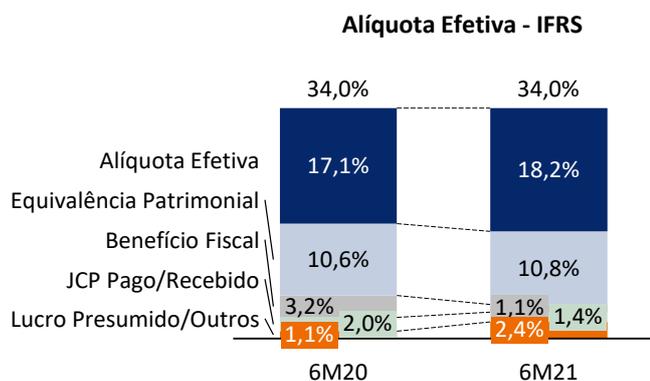
4.15. Impostos

O aumento de 50,8% do Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre o 2T21 e 2T20, é explicado pelo aumento no lucro antes dos impostos. Vale mencionara redução de 84,1% do benefício SUDAM/SUDENE devido à queda no lucro real, base para o reconhecimento do imposto corrente, em função principalmente dos ajustes fiscais para fins de tributação do ativo contratual e das maiores despesas financeiras, acarretando em um menor aproveitamento do benefício fiscal do período. Este efeito foi compensado pelo aumento do lucro das empresas em regime fiscal de lucro presumido.

| R\$ MM | IFRS | | | IFRS | | | |
|---|---------------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|---------------|
| | Conciliação Imposto | 2T21 | 2T20* | Var.% | 6M21 | 6M20* | Var.% |
| Lucro antes do Impostos | | 841,9 | 559,7 | 50,4% | 1.532,9 | 1.031,3 | 48,6% |
| IRPJ e CSLL alíquota de 34% | | (286,2) | (190,3) | 50,4% | (521,2) | (350,6) | 48,6% |
| Equivalência Patrimonial | | 95,3 | 50,3 | 89,5% | 165,0 | 109,4 | 50,8% |
| SUDAM/SUDENE | | 3,2 | 20,4 | -84,1% | 17,6 | 33,5 | -47,5% |
| JCP Pago/Recebido | | 22,1 | 20,8 | 6,1% | 22,1 | 20,8 | 6,1% |
| Empresas Lucro Presumido | | 23,6 | 2,5 | 862,7% | 44,9 | 10,6 | 325,8% |
| Outros | | (2,0) | 0,9 | -328,8% | (7,6) | 0,5 | n/a |
| IRPJ e CSLL reconhecido no resultado | | (144,0) | (95,5) | 50,8% | (279,1) | (175,8) | 58,7% |
| Alíquota Efetiva | | 17,1% | 17,1% | 0,0 pp | 18,2% | 17,1% | 1,2 pp |

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de junho de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de junho de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

| R\$ MM | Regulatório | | | Regulatório | | | |
|---|---------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | Conciliação Imposto | 2T21 | 2T20 | Var.% | 6M21 | 6M20 | Var.% |
| Lucro antes do Impostos | | 127,1 | 286,1 | -55,6% | 237,1 | 448,0 | -47,1% |
| IRPJ e CSLL alíquota de 34% | | (43,2) | (97,3) | -55,6% | (80,6) | (152,3) | -47,1% |
| Equivalência Patrimonial | | 11,1 | 19,6 | -43,1% | 24,3 | 33,3 | -27,1% |
| SUDAM/SUDENE | | 3,2 | 20,4 | -84,1% | 17,6 | 33,5 | -47,5% |
| JCP Pago/Recebido | | 22,1 | 20,8 | 6,1% | 22,1 | 20,8 | 6,1% |
| Empresas Lucro Presumido | | 11,8 | 2,5 | 366,4% | 14,1 | 8,1 | n/a |
| Outros | | (20,2) | 5,5 | n/a | (14,8) | 5,4 | n/a |
| IRPJ e CSLL reconhecido no resultado | | (15,2) | (28,5) | -46,7% | (17,4) | (51,2) | -66,1% |
| Alíquota Efetiva | | 11,9% | 10,0% | -2,0 pp | 7,3% | 11,4% | -4,1 pp |



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

| Concessão | Regime Fiscal | Benefício Fiscal | % Área | Fim | PIS | COFINS |
|-------------|---------------|------------------|--------|------|-------|--------|
| TSN | "Real" | "Sudene" | 84% | 2023 | 0,65% | 3,00% |
| NVT | "Real" | "Sudam" | 73% | 2023 | 0,65% | 3,00% |
| GTESA | "Real" | "Sudene" | 100% | 2023 | 0,65% | 3,00% |
| PATESA | "Real" | "Sudene" | 100% | 2025 | 0,65% | 3,00% |
| Munirah | "Real" | "Sudene" | 84% | 2023 | 0,65% | 3,00% |
| ETEO | "Real" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| NTE | "Real" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| STE | "Real" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| ATE I | "Real" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| ATE II | "Real" | "Sudene" | 85% | 2026 | 1,65% | 7,60% |
| ATE III | "Real" | "Sudam" | 100% | 2027 | 1,65% | 7,60% |
| São Gotardo | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| Mariana | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| Miracema | "Presumido" | "Sudam" | 100% | 2029 | 0,65% | 3,00% |
| Janaúba | "Real" | "Sudene" | 100% | 2032 | 1,65% | 7,60% |
| Aimorés | "Real" | "Sudene" | 80% | 2032 | 1,65% | 7,60% |
| Paraguaçu | "Real" | "Sudene" | 100% | 2032 | 1,65% | 7,60% |
| ETAU | "Real" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| BRASNORTE | "Real" | "Sudam" | 100% | 2027 | 1,65% | 7,60% |
| EATE | "Real" | "Sudam" | 100% | 2023 | 0,65% | 3,00% |
| ENTE | "Real" | "Sudam" | 100% | 2025 | 0,65% | 3,00% |
| ECTE | "Real" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| ETEP | "Real" | "Sudam" | 100% | 2025 | 0,65% | 3,00% |
| ERTE | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| LUMITRANS | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| EBTE* | "Real" | "Sudam" | 100% | 2020 | 1,65% | 7,60% |
| ESDE | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| STC | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| ETSE | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| ESTE | "Real" | "Sudene" | 22% | 2032 | 1,65% | 7,60% |
| IVAÍ | "Real" | - | - | - | 1,65% | 7,60% |
| TRANSUDESTE | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| TRANSLESTE | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| TRANSIRAPÉ | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| EDTE | "Real" | "Sudene" | 100% | 2029 | 1,65% | 7,60% |
| Sant'Ana | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| São João | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| São Pedro | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |
| Lagoa Nova | "Presumido" | - | - | - | 0,65% | 3,00% |

*A EBTE solicitou a renovação do benefício fiscal da SUDAM em agosto de 2020 e está aguardando posição do órgão competente.

O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

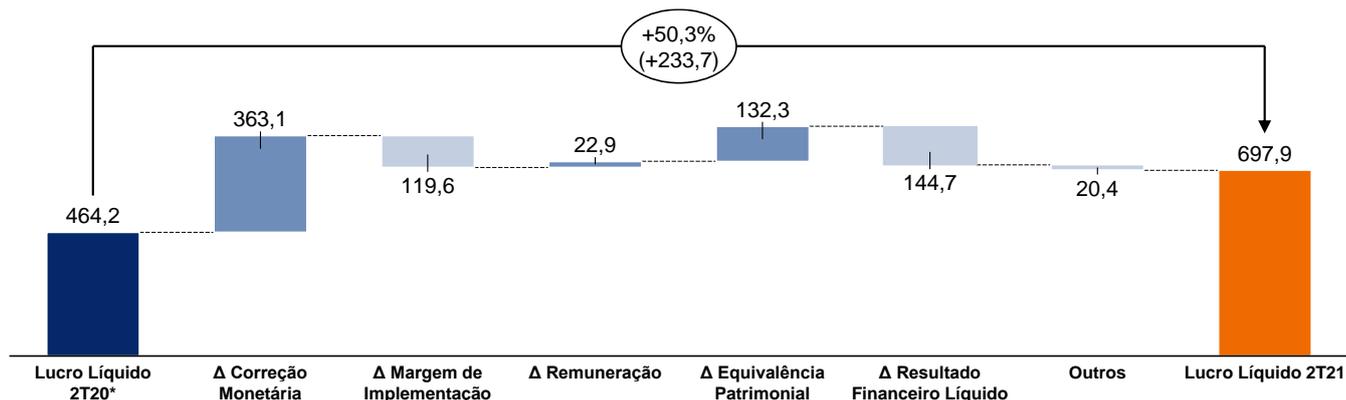
Com o surgimento da Lei 12.973/2014, a Companhia passou os anos de 2015 a novembro de 2017 contabilizando com a alíquota de presunção de 32%. Porém, baseada em jurisprudências passadas, no 4T17 a Companhia efetuou a reversão da provisão do IRPJ e CSLL na ETAU* e em São Gotardo, e passou a contabilizar utilizando as alíquotas anteriores (8% e 12%). O mesmo ocorreu para concessões do grupo TBE que adotam o Lucro Presumido.

* Em 2015 a ETAU utilizava o regime de Lucro Presumido. Porém, a partir de janeiro de 2016, optou pelo regime de Lucro Real, visando redução da carga tributária do IRPJ e CSLL, em razão da entrada em vigor da Lei nº 12.973/14.

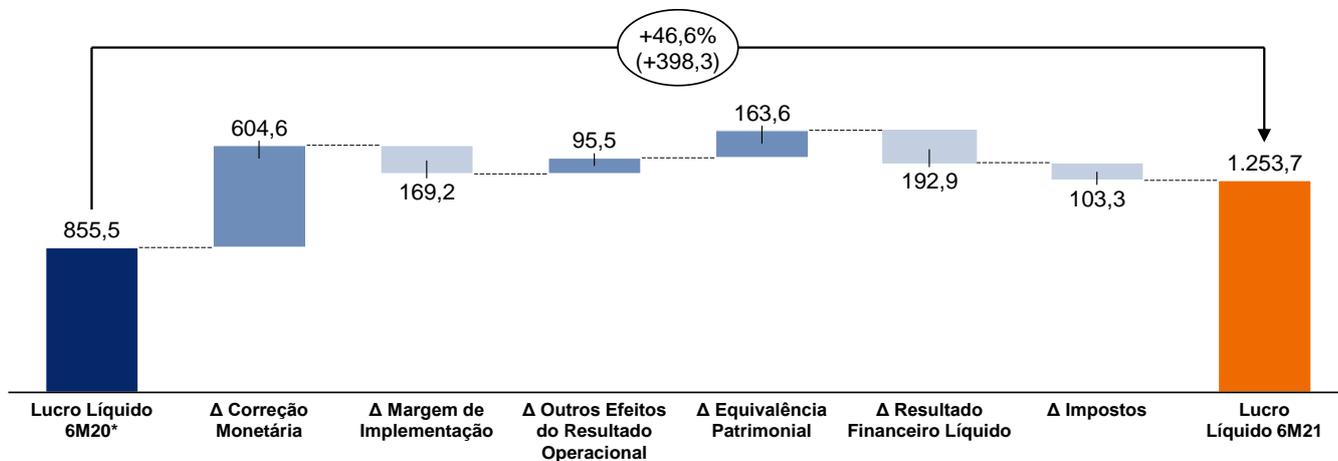
4.16. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 697,9 MM no 2T21, 50,3% maior que o registrado no 2T20. No primeiro semestre de 2021, o Lucro Líquido IFRS somou R\$ 1.253,7 MM, 46,6% maior na comparação com o mesmo período de 2020.

Lucro Líquido IFRS – 2T21:



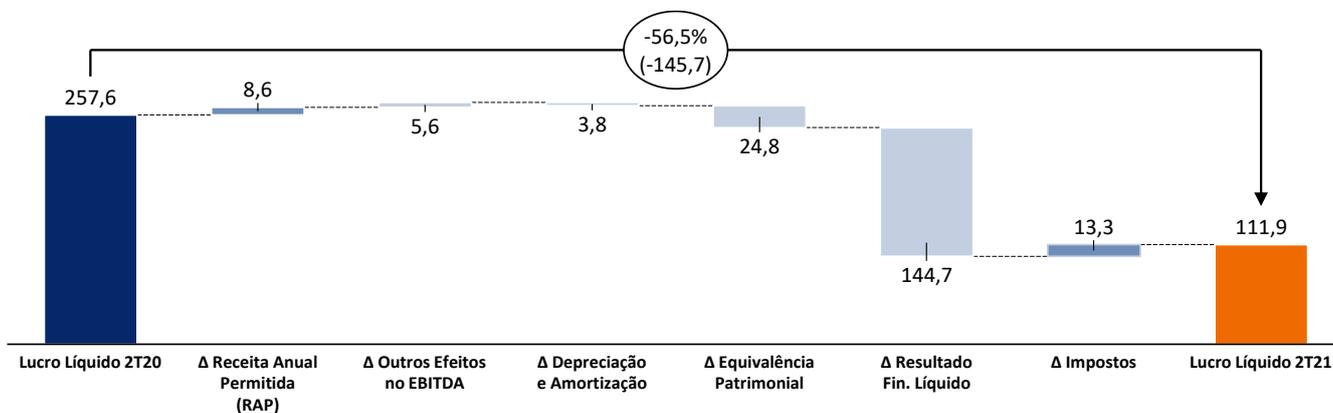
Lucro Líquido IFRS – 6M21:



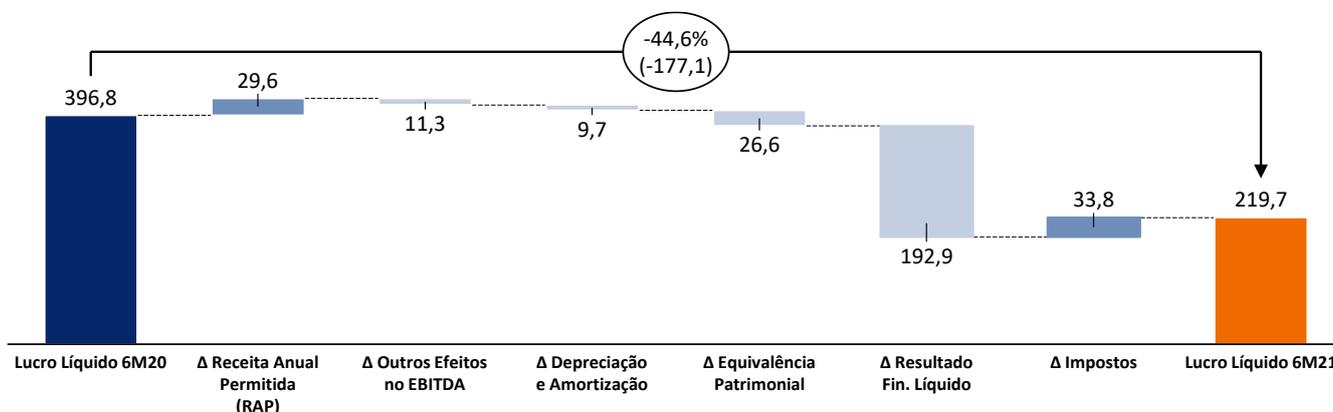
* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de junho de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de junho de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 111,9 MM no 2T21, apresentando uma redução anual de 56,6%. Já no 6M21, o Lucro Líquido Regulatório fechou em R\$ 219,7 MM, 44,6% menor que o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido Regulatório – 2T21:



Lucro Líquido Regulatório – 6M21:



Lucro Líquido Ajustado

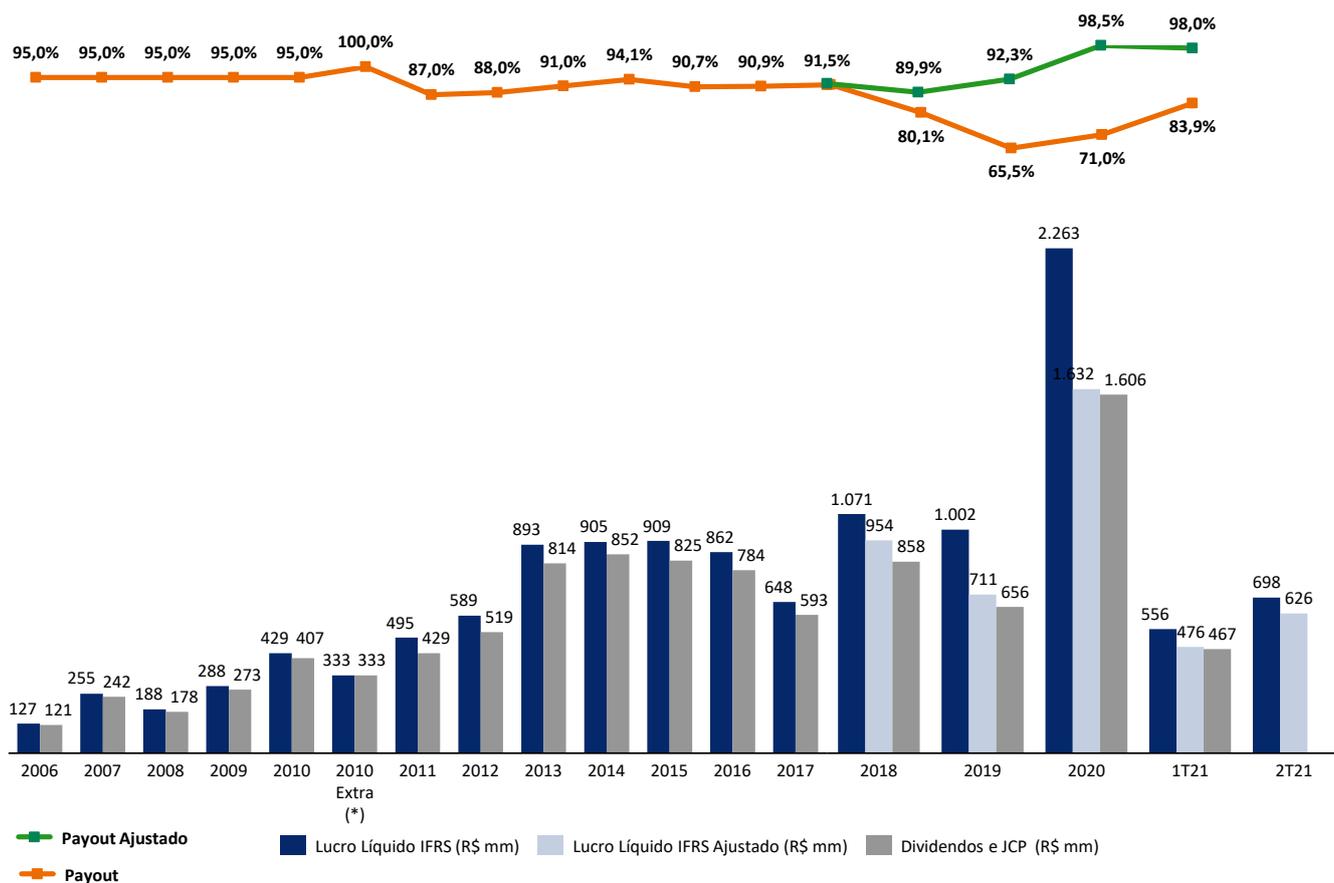
A partir da adoção do CPC 47 de 2018 em diante, a Companhia passou a antecipar um resultado estritamente contábil (sem efeito caixa) referente à eficiência da construção (vide seção 4.4 para maiores detalhes). Entretanto, para fins de distribuição de dividendos e com o intuito de manter o fluxo de dividendos que a Taesa vem historicamente pagando sem afetar a sua posição de caixa e sua alavancagem, a Companhia passou a apresentar trimestralmente um lucro líquido ajustado excluindo os efeitos das margens de implementação. Isto é, o lucro líquido ajustado se aproxima do método contábil utilizado anteriormente (ativo financeiro a custo amortizado). Conseqüentemente, a Companhia passou a registrar uma reserva especial de lucro referente a estes ajustes, que poderá ser futuramente distribuída em forma de dividendos.

DRE IFRS - Consolidado - 6M21

| | R\$ mil | DRE (CPC 47) | Ajustes | DRE Ajustada |
|--|---------|------------------|------------------|------------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | | | |
| Operação e manutenção | | 350.058 | | 350.058 |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | | 373.848 | (45.214) | 328.634 |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | | 805.863 | | 805.863 |
| Implementação de Infraestrutura | | 418.974 | (16.400) | 402.574 |
| Outras receitas operacionais | | 11.945 | | 11.945 |
| Parcela variável | | (11.264) | | (11.264) |
| TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | 1.949.424 | (61.614) | 1.887.809 |
| PIS e COFINS | | (103.899) | 5.575 | (98.324) |
| ISS | | (308) | | (308) |
| ICMS | | (7) | | (7) |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | | (32.440) | | (32.440) |
| Outras deduções | | - | | - |
| Deduções da receita operacional bruta | | (136.654) | 5.575 | (131.079) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | | 1.812.770 | (56.039) | 1.756.731 |
| CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS | | | | - |
| Pessoal | | (86.144) | | (86.144) |
| Material | | (264.888) | - | (264.888) |
| Serviços de terceiros | | (35.766) | | (35.766) |
| Depreciação e amortização | | (10.495) | | (10.495) |
| Outras despesas operacionais | | (11.797) | | (11.797) |
| Custos e despesas | | (409.090) | - | (409.090) |
| Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas | | - | | - |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | 1.403.680 | (56.039) | 1.347.641 |
| Resultado de equivalência patrimonial | | 485.413 | (114.102) | 371.311 |
| Renda de aplicação financeira | | 11.559 | | 11.559 |
| Despesas financeiras | | (367.795) | | (367.795) |
| Resultado financeiro | | (356.236) | - | (356.236) |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | | 1.532.857 | (170.141) | 1.362.716 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | | (279.110) | 18.394 | (260.716) |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | | 1.253.747 | (151.747) | 1.102.000 |
| Participação dos acionistas controladores (Distribuível) | | 1.253.747 | (151.747) | 1.102.000 |
| Participação dos acionistas não-controladores | | - | | - |
| Reserva legal 5%* | | - | - | - |
| Reserva de incentivo fiscal | | (7.630) | | (7.630) |
| Reserva especial - adoção inicial CPC 47 | | (151.747) | 151.747 | - |

4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

No dia 27 de maio de 2021, a Taesa pagou o total de R\$ 1.028,5 MM segregados da seguinte forma: (i) R\$ 561,9 MM (R\$ 1,63 / Unit) a título de dividendos adicionais referente à destinação do lucro líquido de 2020 e R\$ 466,6 MM divididos em R\$ 401,6 MM (R\$ 1,17 / Unit) a título de dividendos intercalares e R\$ 65,0 MM (R\$ 0,19 / Unit) a título de juros sobre capital próprio (JCP), ambos com base nas demonstrações financeiras intermediárias levantadas em 30 de março de 2021.



*Reserva do IFRS

4.18. Endividamento

No 2T21, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 6.665,7 MM, 6,5% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 729,3 MM, registrando uma queda de 29,3% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 5.936,5 MM, 13,6% maior que o 1T21.

R\$ MM

| Dívida Líquida | 2T21 | % Dív Bruta | 1T21 | % Dív Bruta | Var. % |
|----------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|--------------|
| Curto Prazo | 884,2 | 13,3% | 528,1 | 8,4% | 67,4% |
| Taxa Fixa | 9,0 | 0,1% | 9,0 | 0,1% | 0,0% |
| CDI | 461,7 | 6,9% | 122,3 | 2,0% | 277,4% |
| IPCA | 413,5 | 6,2% | 396,9 | 6,3% | 4,2% |
| Longo Prazo | 5.781,6 | 86,7% | 5.729,4 | 91,6% | 0,9% |
| Taxa Fixa | 6,4 | 0,1% | 8,7 | 0,1% | -25,8% |
| CDI | 1.433,4 | 21,5% | 1.591,4 | 25,4% | -9,9% |
| IPCA | 4.341,7 | 65,1% | 4.129,4 | 66,0% | 5,1% |
| Endividamento Total | 6.665,7 | 100,0% | 6.257,6 | 100,0% | 6,5% |
| (-) Caixa e Aplicações * | (729,3) | | (1.031,5) | | -29,3% |
| (=) Dívida Líquida | 5.936,5 | | 5.226,1 | | 13,6% |

* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

No 2T21 a dívida bruta totalizou R\$ 6.665,7 MM e o caixa R\$ 729,3 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 5.936,5 MM. O aumento de 6,5% da dívida bruta no período se deve a 10ª emissão de debêntures no valor de R\$ 750 MM e ao aumento do IPCA entre os períodos comparados. Esse aumento foi compensado em parte pela liquidação das Cartas de Crédito Bancário do Citibank e do Bradesco no montante de R\$ 456,7 MM.

A redução de 29,3% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicada principalmente pelo (i) pagamento de proventos no valor de R\$ 1028,5 MM, (ii) liquidação das Cartas de Crédito Bancário do Citibank e do Bradesco no montante de R\$ 456,7 MM, e (iii) desembolso de Capex para os projetos em construção no valor de R\$ 102,4 MM. Essa redução foi compensada em parte pela geração de caixa operacional no trimestre de R\$ 285,0 MM, dividendos recebidos das coligadas e controladas no valor de R\$ 261,5 MM e a captação da 10ª emissão de debêntures da Taesa no montante de R\$ 750 MM.

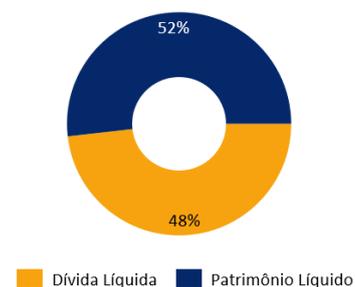
Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 8.630,0 MM e o caixa de R\$ 1.159,8 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 966,6 MM e caixa/aplicações de R\$ 84,8 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 6,1 MM e caixa/aplicações de R\$ 4,8 MM; (iii) dívidas das Transmineiras no montante de R\$ 64,9 MM e caixa/aplicações de R\$ 27,8 MM; e (iv) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 926,6 MM e caixa/aplicações de R\$ 313,5 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 4,6x no 2T21, acima do registrado no 1T21 (3,9x). Desconsiderando o resultado das empresas controladas em conjunto e coligadas, esse indicador seria de 4,7x no 2T21 versus 4,2x registrado no 1T21.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

| Empresa | Dívida Bruta R\$ MM | Caixa e Equiv. R\$ MM | Dívida Líquida R\$ MM |
|---------------------|------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| TAESA | 6.665,7 | 729,3 | 5.936,5 |
| ETAU (75,6%) | 6,1 | 4,8 | 1,3 |
| TBE (49,99%) | 966,6 | 84,8 | 881,8 |
| Transmineiras (49%) | 64,9 | 27,8 | 37,1 |
| AIE (50%) | 926,6 | 313,1 | 613,5 |
| TOTAL | 8.630,0 | 1.159,8 | 7.470,1 |

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

| Empresa | Credor | Índice | Principal (R\$ / mil) | Juros (R\$ / mil) | Custo | Rating da Emissão | Data Final | Amortização | Cupons por Ano |
|--------------|---|---------|-----------------------|-------------------|----------------------------|-------------------|------------|-------------|----------------|
| Taesa | 3ª Debêntures | IPCA | 1.143.358 | 40.443 | IPCA + 5,10% | Br.AAA | Out/2024 | Anual | 1 |
| | 4ª Debêntures | IPCA | 300.166 | 10.377 | IPCA + 4,41% | AAA.br | Set/2024 | Anual | 1 |
| | 5ª Debêntures | IPCA | 592.954 | 34.002 | IPCA + 5,9526% | - | Jul/2025 | Anual | 1 |
| | 6ª Debêntures | CDI | 440.496 | 4.022 | 108% CDI | AAA.br | Mai/2026 | Bullet | 1 |
| | 6ª Debêntures | IPCA | 222.554 | 1.533 | IPCA + 5,50% | AAA.br | Mai/2044 | Mensal | 12 |
| | 7ª Debêntures | IPCA | 532.862 | 42.590 | IPCA + 4,50% | - | Set/2044 | Semestral | 2 |
| | 8ª Debêntures | IPCA | 327.751 | 706 | IPCA + 4,77% | AAA.br | Dez/2044 | Semestral | 2 |
| | 9ª Debêntures | CDI | 448.952 | 6.175 | CDI + 2,85% | - | Abr/2022 | Bullet | 1 |
| | 10ª Debêntures | CDI | 639.764 | 3.811 | CDI + 1,70% | - | Mai/2028 | Bullet | 1 |
| | 10ª Debêntures | IPCA | 100.997 | 523 | IPCA + 4,7605% | - | Mai/2036 | Anual | 1 |
| | SWAP - Citibank* | CDI | 351.873 | 0 | 106,0% CDI | - | Mai/2023 | Bullet | 1 |
| | SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners) | IPCA | 109.229 | 0 | IPCA + 3,995%.a.a. | - | Mai/2026 | Bullet | 1 |
| | SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander) | IPCA | 109.228 | 0 | IPCA + 3,999%.a.a. | - | Mai/2026 | Bullet | 1 |
| | SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú) | IPCA | 54.698 | 0 | IPCA + 3,94%.a.a. | - | Mai/2026 | Bullet | 1 |
| | SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Br Partners) | IPCA | 54.588 | 0 | IPCA + 3,91%.a.a. | - | Mai/2026 | Bullet | 1 |
| | SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander) | IPCA | 53.841 | 0 | IPCA + 3,66%.a.a. | - | Mai/2026 | Bullet | 1 |
| | SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC) | IPCA | 54.633 | 0 | IPCA + 3,59%.a.a. | - | Mai/2026 | Bullet | 1 |
| | RINA ME | pré fix | 98 | 0 | 5,50% | - | Jul/2022 | Mensal | 12 |
| | RINA ME | pré fix | 3.808 | 4 | 2,50% | - | Dez/2022 | Mensal | 12 |
| | RINA ME | pré fix | 7.615 | 9 | 3,00% | - | Jan/2023 | Mensal | 12 |
| RINA ME | pré fix | 170 | 0 | 6,00% | - | Ago/2024 | Mensal | 12 | |
| SGT | RINA ME | pré fix | 3.670 | 4 | 2,50% | - | Dez/2022 | Mensal | 12 |
| Janáuba | 1ª Debêntures | IPCA | 241.796 | 27.417 | IPCA + 4,5%.a.a. | - | Jul/2033 | Trimestral | 4 |
| | 2ª Debêntures | IPCA | 593.632 | 46.279 | IPCA + 4,8295%.a.a. | - | Dez/2044 | Anual | 1 |
| Lagoa Nova | Financiamento BNB | IPCA | 56.002 | 3.109 | IPCA + 2,109%.a.a. | - | Mai/2038 | Mensal | 12 |
| ETAU | BNDES | Selic | 231 | 0 | SEUC + 3,76% | - | Ago/2021 | Mensal | 12 |
| | BNDES | TJLP | 232 | 1 | TJLP + 5,20% | - | Ago/2021 | Mensal | 12 |
| | BNDES - GIRO | TJLP | 5.610 | 37 | TJLP + 2,78% + 1,5% + 1,5% | - | Out/2023 | Mensal | 12 |
| EATE | 5ª Debêntures - 2ª | CDI | 26.986 | 79 | 116% CDI | - | Set/2021 | Bullet | 1 |
| | 6ª Debêntures | CDI | 9.523 | 3 | 107,75% CDI | - | Set/2022 | Mensal | 12 |
| | 7ª Debêntures | CDI | 18.490 | 7 | 112% CDI | - | Jun/2023 | Mensal | 12 |
| | 8ª Debêntures | CDI | 134.709 | 1.739 | 108,60% CDI | - | Jul/2024 | Bullet | 1 |
| EBTE | 9ª Debêntures | CDI | 99.661 | 1.159 | CDI + 1,9% | - | Abr/2026 | 4 e 5ª ano | 1 |
| | 1ª Debêntures | CDI | 32.688 | 12 | 112% CDI | - | Jun/23 | Mensal | 12 |
| EDTE | 2ª Debêntures | CDI | 37.080 | 432 | CDI + 1,9% | - | Abr/2026 | 4 e 5ª ano | 1 |
| | 2ª Debêntures | IPCA | 153.362 | 20.822 | IPCA + 5,29% | - | Dez/2028 | Semestral | 2 |
| ECTE | 4ª Debêntures | CDI | 7.395 | 3 | 107,75% CDI | - | Set/2022 | Mensal | 12 |
| | 5ª Debêntures | CDI | 9.515 | 123 | 108,60% CDI | - | Jul/2024 | Bullet | 1 |
| | CCB Santander | CDI | 15.481 | 77 | 2,90%.a.a. + CDI | - | Jul/25 | Mensal | 12 |
| | 6ª Debêntures | CDI | 9.503 | 111 | CDI + 1,9% | - | Abr/2026 | 4 e 5ª ano | 1 |
| ENTE | 4ª Debêntures | CDI | 24.912 | 322 | 108,60% CDI | - | Jul/2024 | Bullet | 1 |
| | CCB Santander | CDI | 50.684 | 252 | 2,90%.a.a. + CDI | - | Jul/2025 | Mensal | 12 |
| ETEP | 3ª Debêntures | CDI | 10.987 | 4 | 112% CDI | - | Jun/2023 | Mensal | 12 |
| | CCB Santander | CDI | 45.610 | 227 | TJLP + 2,08% | - | Abr/2027 | Mensal | 12 |
| | 4ª Debêntures | CDI | 24.881 | 290 | CDI + 1,9% | - | Abr/2026 | 4 e 5ª ano | 1 |
| ESTE | 1ª Debêntures | IPCA | 195.380 | 34.060 | IPCA + 4,5%.a.a. | - | Dez/2044 | Semestral | 2 |
| TRANSLESTE | BDMG | pré fix | 4.873 | 25 | 10% a.a. | - | Mar/2025 | Mensal | 12 |
| | BNB | pré fix | 1.377 | 112 | 9,5%.a.a. | - | Mar/2025 | Mensal | 12 |
| | 2ª Debêntures | CDI | 9.704 | 3 | 107,75% CDI | - | Set/2022 | Mensal | 12 |
| TRANSRAPÉ | BDMG | pré fix | 3.323 | 5 | 3,50% | - | Jan/2024 | Mensal | 12 |
| | BDMG | pré fix | 1.894 | 81 | 3,5% + TJLP | - | Out/2029 | Mensal | 12 |
| | 2ª Debêntures | CDI | 6.556 | 2 | 107,75% CDI | - | Set/2022 | Mensal | 12 |
| | 3ª Debêntures | CDI | 26.884 | 313 | CDI + 1,9% | - | Abr/2026 | 4 e 5ª ano | 1 |
| TRANSUDESTE | BNDES | pré fix | 1.415 | 83 | 6,5% + TJLP | - | Abr/2026 | Mensal | 12 |
| | 2ª Debêntures | CDI | 8.251 | 3 | 107,75% CDI | - | Set/2022 | Mensal | 12 |
| IVÁI | 1ª Debêntures | IPCA | 858.790 | 67.842 | IPCA + 4,9982%.a.a. | - | Dez/2043 | Semestral | 2 |
| Total | | | 8.280.722 | 349.235 | | | | | |

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

4.19. Investimentos

No 6M21, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R\$ 545,9 MM contra R\$ 706,2 MM investidos no 6M20, referentes aos empreendimentos em construção. A redução de 22,7% entre os períodos comparados se deve aos menores investimentos em alguns projetos (Janaúba, Aimorés e Paraguaçu), principalmente em função do estágio avançado da construção destes empreendimentos, compensado em parte por maiores investimentos em Sant'Ana, Ivaí e ESTE.

Projetos em construção

| R\$ Mil | Custo de Implementação (Capex) | | | | | | | 6M21 | TOTAL |
|--------------|--------------------------------|--------------|---------------|----------------|----------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | | |
| Mariana | 2.619 | 4.751 | 21.181 | 38.106 | 22.797 | 55.083 | 34.592 | - | 179.129 |
| Miracema | | | 1.197 | 41.695 | 115.009 | 110.664 | - | - | 268.565 |
| Janaúba | | | | 10.190 | 30.741 | 116.074 | 655.111 | 78.526 | 890.643 |
| Aimorés | | | | 3.923 | 3.638 | 65.877 | 82.034 | 4.687 | 160.159 |
| Paraguaçu | | | | 5.750 | 4.611 | 110.848 | 108.966 | 5.527 | 235.702 |
| Ivaí | | | | 8.662 | 12.740 | 46.190 | 379.137 | 212.061 | 658.790 |
| ESTE | | | | 868 | 4.546 | 6.243 | 122.486 | 76.721 | 210.864 |
| EDTE | | | | | 14.635 | 175.155 | 1.837 | - | 191.626 |
| Sant'Ana | | | | | - | 32.172 | 151.021 | 168.344 | 351.537 |
| Total | 2.619 | 4.751 | 22.378 | 109.195 | 208.716 | 718.306 | 1.535.184 | 545.866 | 3.147.015 |

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em ifrs divulgado pela companhia. o ajuste na linha de custos de implementação de infraestrutura gerado pela adoção do cpc 47, relativo ao tratamento de adiantamento com fornecedores até 31 de dezembro de 2017, foi lançado na conta de reserva especial do exercício social de 2018 (pl), para fins do acompanhamento na tabela acima, este impacto foi adicionado ao valor de investimentos de cada projeto no ano de 2017.

4.20. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente 6 empreendimentos em construção com um investimento total ANEEL de R\$ 4.844 MM e uma RAP de R\$ 945,8 MM (ciclo RAP 2021-2022). Considerando apenas a participação da Taesa nessas concessões, o investimento ANEEL é de R\$ 3.206,9 MM com uma RAP proporcional de R\$ 613,2 MM.

| Leilões | Empreendimento | Extensão/ Localização | Parceria | RAP (ciclo 2021-22) R\$ MM | Capex ANEEL R\$ MM | Assinatura do Contrato | Prazo de Conclusão ANEEL | Status |
|---|-----------------------|--|--|----------------------------------|-----------------------|---------------------------|--------------------------------|----------------------------|
| Leilão 013/2013 (Dez/13) | Mariana (Lote A) | 82 km / Minas Gerais | 100% Taesa | 17,8 | 107 | mai/14 | mai/17 | Concluído em 25/05/2020 |
| Leilão 013/2015 (Abr/16) | Miracema (Lote P) | 90 km / Tocantins | 100% Taesa | 74,5 | 276 | jun/16 | dez/19 | Concluído em 29/11/2019 |
| | EDTE (Lote M) | 167 km / Bahia | 25% Taesa 25% Apollo 12 50% ENTE | 76,1 | 368 | dez/16 | dez/19 | Concluído em 20/01/2020 |
| Leilão 013/2015 2ª Parte (Out/16) | ESTE (Lote 22) | 236 km / Minas Gerais e Espírito Santo | 50% Taesa 50% Alupar (100% EATE- TBE) | 123,6 | 486 | fev/17 | fev/22 | Em andamento |
| | Janaúba (Lote 17) | 542 km / Bahia e Minas Gerais | 100% Taesa | 213,6 | 960 | fev/17 | fev/22 | Em andamento |
| | Aimorés (Lote 4) | 208 km / Minas Gerais | 50% Taesa 50% CTEEP | 87,4 | 341 | fev/17 | fev/22 | Em andamento |
| | Paraguaçu (Lote 3) | 338 km / Bahia e Minas Gerais | 50% Taesa 50% CTEEP | 130,4 | 510 | fev/17 | fev/22 | Em andamento |
| Leilão 005/2016 (Abr/16) | Ivaí (Lote 1) | 600 km / Paraná | 50% Taesa 50% CTEEP | 323,7 | 1.937 | ago/17 | ago/22 | Em andamento |
| Leilão 004/2018 Dez/18 | Sant'Ana (Lote 12) | 591 km / Rio Grande de Sul | 100% Taesa | 67,1 | 610 | mar/19 | mar/23 | Em andamento |
| TOTAL | | 2.854 km | | R\$ 1.114 MM | R\$ 5.595 MM | | | |

Status dos Projetos

Mariana

- Licença Prévia (LP) emitida em maio de 2016.
- Licenças de Instalação e Operação (LI e LO) emitidas em dezembro de 2018.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo (TLD) em 20/12/2019 para o reforço de Mariana.
- Energização concluída em 25 de maio de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo em 8 de junho de 2020, com data de entrada em operação comercial retroativa ao dia 4 de junho de 2020.
- Concessão em operação.

Miracema

- Todas as licenças ambientais adquiridas: LI's e LP's das LT 500kV, LT 230kV, SE Palmas, SE Lajeado e SE Miracema.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDAM em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- O trecho LT Miracema – Lajeado (circuito 2), tensão de 500kV e 30 km de extensão, foi energizado em setembro de 2019. Energização dos demais trechos concluída em 29 de novembro de 2019.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo (TLD) em 1 de outubro de 2019 para o reforço, em 27 de dezembro de 2019 para as instalações de 500kV e em 18 de fevereiro de 2020 para as instalações de 230 kV e 138 kV, sendo que neste último trecho, foi emitido um Termo de Liberação de Receita (TLR) para período compreendido entre 27 de dezembro de 2019 e 7 de fevereiro de 2020.
- Concessão em operação.

EDTE

- Licença Prévia (LP) emitida em junho de 2018.
- 2ª emissão de Debêntures da EDTE em dezembro de 2018.
- Licença de Instalação (LI) emitida em janeiro de 2019.
- Energização do trecho LT 500kV Ibicoara – Poções III e da Subestação 500/230kV Poções III em 22 de dezembro de 2019.
- Última energização da EDTE referente ao trecho LT 230kV poções III – Poções II em 20 de janeiro de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Provisória em 20 de janeiro de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 7 de fevereiro de 2020.
- Concessão em operação.

ESTE

- Projeto básico protocolado na ANEEL e já aprovado no ONS.
- Licença Prévia (LP) emitida em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em outubro de 2019.
- 1ª emissão de debêntures da ESTE em dezembro de 2019.
- Emitida a Ordem de Serviço de Campo (OSC) para início dos trabalhos de campo.
- Avanço físico em 84%.

Janaúba

- Projeto básico aprovado pela ANEEL/ONS para subestações e para as linhas de transmissão.
- Finalizadas as atividades de implementação de traçado / topografia.
- Licença Prévia (LP) emitida em setembro de 2018.
- Contrato de financiamento assinado junto ao BNB em setembro de 2018.

- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em novembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- 1ª emissão de debêntures de Janaúba em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em julho de 2019.
- 2ª emissão de debêntures de Janaúba em dezembro de 2019.
- Avanço físico em 98%.

Aimorés

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em abril de 2019.
- Avanço físico em 91%.

Paraguçu

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em maio de 2019.
- Avanço físico em 89%.

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Avanço físico em 76%.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 – Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará – Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em abril de 2020.
- Emitida última Licença de Instalação para a linha de transmissão LT 230kV CS Livramento 3 – Santa Maria 3 e para a ampliação das subestações existentes associadas em novembro de 2020.
- Avanço físico em 67%.

4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)

A Taesa nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, assim como em seus processos administrativos e de gestão do negócio, considera o tema Sustentabilidade um importante valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura organizacional, a fim de manter a segurança e confiabilidade de seus processos, bem como a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A Companhia atua em diversas frentes e ações voltadas para o tema socioambiental e de governança, dando publicidade as mesmas em seu relatório de sustentabilidade (novo nome do relatório socioambiental), que é uma publicação que atende aos requisitos da Aneel e também à demanda de diversas partes interessadas. Buscando sempre a melhora contínua de seus processos, a Companhia identificou oportunidade de avançar na estratégia de comunicação de suas ações relacionadas aos temas ASG e buscar novas e melhores práticas do mercado.

A Taesa realizou um trabalho com uma consultoria especializada para avaliar a maturidade em ASG e traçou um plano de ação. A avaliação inicial da consultoria demonstrou um grau bem satisfatório de maturidade e aderência às boas práticas ASG pela Taesa. A partir desse trabalho e buscando um aprimoramento contínuo das práticas ASG, no âmbito do negócio de transmissão, a Companhia definiu um plano de ação de 4 anos (2020 a 2023).

Dentre as ações mapeadas, a Companhia tem implementado as seguintes:

- Signatário do Pacto Global da ONU comprometido com à Agenda 2030 (ODS)
- Relatório de Sustentabilidade 2020 conforme Global Reporting Initiative (GRI)
- Emissão de 4 debêntures verdes
- Política de biodiversidade
- Certificação Great Place to Work – 1º lugar no Destaque GPTW Energia 2020 – Segmento Geração, Distribuição e Transmissão
- Projetos de responsabilidade social
- Compromisso para a redução de combustível fóssil na frota
- Cláusulas ambientais e sociais em contratos com fornecedores
- Programa de diversidade
- Conclusão do inventário de gases de efeitos estufa (GEE), estruturado com base na metodologia GHG Protocol
- Aprovação do planejamento estratégico de longo prazo da Taesa
- Intensificação das medidas de proteção, segurança e saúde frente a pandemia
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas
- Adesão aos Princípios de Empoderamento das Mulheres - ONU Mulheres

É importante ressaltar a criação do programa de Diversidade e Inclusão composto por um plano de 18 ações segregadas em torno de 100 atividades com o objetivo de valorizar, promover e adotar a diversidade e a inclusão. A seguir, elencamos algumas ações do programa:

- Fóruns com a participação das executivas como palestrantes;
- Curso de formação de eletricitistas para mulheres.
- Metas de contratação de pessoas negras;
- Palestras sobre os temas de diversidade;

- Metas de contratação de pessoas com mais de 50 anos;
- Curso preparatório para o mercado de trabalho para PCDs;
- Capítulo de LGBTQIA+ do livro sobre o programa de diversidade;

Para mais informações, acesse o site de RI e o Relatório de Sustentabilidade da Taesa (2020): <https://ri.taesa.com.br/sobre-a-taesa/sustentabilidade/>

O painel de indicadores ASG está disponível no website de RI: <https://ri.taesa.com.br/sobre-a-taesa/indicadores-asg/>

4.22. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19

O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Taesa. Desde então, a Companhia vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

Proteção da saúde dos colaboradores

- Adoção de medidas para resguardar nosso maior ativo, as pessoas, e garantir a continuidade das nossas operações;
- Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- Priorização do *home office* para as atividades que não necessitam de trabalho direto de campo;
- Restrição de viagens e reuniões presenciais limitadas aos serviços de O&M e implantação de novos ativos;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação contra a gripe influenza para todos;
- Reforço na comunicação sobre a importância do atendimento às medidas de proteção e cuidado (Campanha “Eu cuido de você e você cuida de mim”).
- Esclarecimentos, incentivo e acompanhamento da vacinação contra covid;
- Reforço de informações sobre os cuidados preventivos que devem continuar no pós vacina;

Continuidade das operações e dos empreendimentos em construção

- Criação do Comitê de Superação e do Comitê de Gestão de Fornecedores;
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;
- Manutenção dos altos índices de disponibilidade (99,94% no 6M21);
- Todas as obras dos empreendimentos em construção estão em andamento;
- A Companhia continua trabalhando na busca do cumprimento do cronograma de entrega dos projetos;
- Manutenção dos investimentos nos empreendimentos em construção – R\$ 2,1 bilhão investidos entre 2020 e 2021.

Preservação da saúde financeira da Companhia

- Manutenção de posição de liquidez confortável;
- Adequado perfil de dívida com custos baixos e prazos alongados;
- A mais alta nota de risco de crédito junto às agências Moody's e Fitch (AAA na Escala Nacional);
- 100% dos recursos para financiar os projetos em construção foram captados;
- Consistente geração operacional de caixa, com manutenção dos baixos níveis de inadimplência históricos da Companhia;
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas;
- Monitoramento contínuo da inadimplência e dos efeitos da crise no setor elétrico.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Receita IFRS por Concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do ativo pela Taxa do Projeto. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável (PV)** é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na seção 4.1). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual**, a **Receita de Implementação de Infraestrutura** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

| Receita IFRS | | | | | |
|--------------|------------------------------|-----------------------------|--|--------------|--------------|
| R\$ MM | | | | | 2T21 |
| Concessão | Remuneração Ativo Contratual | Correção Monetária Ativo C. | Receita de Implementação de Infraestrutura | O&M | PV |
| NOVATRANS | 53,2 | 124,7 | 0,5 | 33,3 | (6,5) |
| TSN | 18,4 | 49,3 | 0,5 | 62,4 | (0,1) |
| MUNIRAH | 1,2 | 3,1 | 0,6 | 4,2 | (0,0) |
| GTESA | 0,8 | 2,4 | - | 0,6 | - |
| PATESA | 2,4 | 9,4 | 0,0 | 1,5 | - |
| ETEO | 10,8 | 35,4 | - | 12,6 | 0,1 |
| NTE | 13,3 | 30,4 | 0,0 | 10,3 | (0,0) |
| STE | 7,9 | 25,6 | 0,0 | 4,1 | (0,0) |
| ATE | 10,9 | 39,9 | 0,0 | 7,9 | 0,0 |
| ATE II | 17,9 | 67,0 | 0,0 | 17,8 | (0,0) |
| ATE III | 7,9 | 8,5 | 0,0 | 11,4 | (1,1) |
| ETAU | 2,1 | 13,0 | - | 2,8 | - |
| BRASNORTE | 5,9 | 4,3 | - | 0,6 | (0,0) |
| SÃO GOTARDO | 0,9 | 1,3 | - | 0,2 | (0,0) |
| SÃO JOÃO | 9,1 | 12,0 | - | 1,9 | 1,2 |
| SÃO PEDRO | 8,1 | 9,9 | 16,1 | 1,5 | (0,0) |
| LAGOA NOVA | 2,7 | 2,5 | - | 0,4 | 0,0 |
| MARIANA | 2,9 | 3,6 | - | 0,6 | (0,3) |
| MIRACEMA | 12,8 | 11,7 | - | 3,7 | (0,1) |
| JANAÚBA | - | - | 84,4 | - | - |
| SANT'ANA | - | - | 67,5 | - | - |
| AIMORÉS | - | - | 12,1 | - | - |
| PARAGUAÇÚ | - | - | 17,1 | - | - |
| IVAÍ | - | - | 201,7 | - | - |
| EATE | 16,5 | 87,8 | - | 5,7 | (0,0) |
| EBTE | 4,0 | 7,9 | - | 2,3 | (0,0) |
| ECTE | 1,3 | 7,2 | - | 0,4 | (0,0) |
| EDTE | 8,1 | 7,7 | - | 1,2 | - |
| ENTE | 8,8 | 51,6 | - | 2,9 | (0,1) |
| ERTE | 1,6 | 10,7 | - | 1,0 | - |
| ESDE | 1,0 | 1,4 | - | 0,3 | (0,0) |
| ESTE | - | - | 79,8 | - | - |
| ETEP | 3,3 | 18,3 | - | 1,8 | - |
| ETSE | 0,7 | 1,0 | - | 0,2 | (0,0) |
| LUMITRANS | 0,9 | 5,9 | - | 0,4 | - |
| STC | 0,9 | 1,5 | - | 0,7 | (0,0) |
| TRANSIRAPE | 1,7 | 7,8 | 2,9 | 0,6 | (0,0) |
| TRANSLESTE | 2,4 | 8,1 | - | 0,4 | (0,1) |
| TRANSUDESTE | 1,4 | 6,0 | - | 0,4 | - |
| Total | 241,5 | 676,9 | 483,4 | 196,2 | (7,3) |

5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



| Concessão | Taxa Anual* | Ativo Contratual 1T21 | Remuneração Ativo Contratual | Correção Monetária Ativo C. | Receita de Implementação de Infraestrutura | O&M | RAP | Ativo Contratual 2T21 |
|---------------------------|-------------|-----------------------|------------------------------|-----------------------------|--|--------------|----------------|-----------------------|
| NOVATRANS | 10% | 1.520,4 | 53,2 | 124,7 | 0,5 | 33,3 | (88,0) | 1.644,1 |
| TSN | 11% | 718,1 | 18,4 | 49,3 | 0,5 | 62,4 | (81,3) | 767,4 |
| MUNIRAH | 12% | 61,6 | 1,2 | 3,1 | 0,6 | 4,2 | (7,2) | 63,4 |
| GTESA | 11% | 28,7 | 0,8 | 2,4 | - | 0,6 | (1,5) | 31,0 |
| PATESA | 8% | 123,9 | 2,4 | 9,4 | 0,0 | 1,5 | (4,4) | 132,8 |
| ETEO | 10% | 423,6 | 10,8 | 35,4 | - | 12,6 | (26,3) | 456,1 |
| NTE | 15% | 370,9 | 13,3 | 30,4 | 0,0 | 10,3 | (23,0) | 402,0 |
| STE | 10% | 312,3 | 7,9 | 25,6 | 0,0 | 4,1 | (12,7) | 337,2 |
| ATE | 10% | 678,3 | 10,9 | 39,9 | 0,0 | 7,9 | (28,8) | 708,3 |
| ATE II | 9% | 864,7 | 17,9 | 67,0 | 0,0 | 17,8 | (68,9) | 898,6 |
| ATE III ¹³ | 7% | 481,5 | 7,9 | 8,5 | 0,0 | 11,4 | (35,3) | 474,0 |
| ETAU ³ | 18% | 149,0 | 2,1 | 13,0 | - | 2,8 | (12,4) | 154,5 |
| BRASNORTE ³ | 6% | 218,2 | 5,9 | 4,3 | - | 0,6 | (7,1) | 222,0 |
| SÃO GOTARDO ¹ | 5% | 66,5 | 0,9 | 1,3 | - | 0,2 | (1,4) | 67,5 |
| SÃO JOÃO ¹³ | 6% | 605,2 | 9,1 | 12,0 | - | 1,9 | (12,9) | 615,3 |
| SÃO PEDRO ¹³ | 6% | 521,5 | 8,1 | 9,9 | 16,1 | 1,5 | (11,0) | 546,1 |
| LAGOA NOVA ¹³ | 9% | 120,0 | 2,7 | 2,5 | - | 0,4 | (3,2) | 122,3 |
| MARIANA ¹³ | 6% | 207,2 | 2,9 | 3,6 | - | 0,6 | (4,3) | 210,0 |
| MIRACEMA ¹³ | 9% | 567,3 | 12,8 | 11,7 | - | 3,7 | (17,1) | 578,4 |
| JANAÚBA ¹²³ | 10% | 1.698,2 | - | - | 84,4 | - | - | 1.782,6 |
| SANT'ANA ¹²³ | 9% | 325,8 | - | - | 67,5 | - | - | 393,3 |
| AIMORÉS ¹²³⁴ | 8% | 345,1 | - | - | 12,1 | - | - | 357,2 |
| PARAGUAÇU ¹²³⁴ | 8% | 528,0 | - | - | 17,1 | - | - | 545,1 |
| IVA ¹²³⁴ | 8% | 960,6 | - | - | 201,7 | - | - | 1.162,4 |
| EATE ³ | 7% | 1.031,9 | 16,5 | 87,8 | - | 5,7 | (32,5) | 1.109,3 |
| EBTE ¹ | 4% | 396,4 | 4,0 | 7,9 | - | 2,3 | (9,3) | 401,3 |
| ECTE | 6% | 86,3 | 1,3 | 7,2 | - | 0,4 | (2,6) | 92,6 |
| EDTE ¹³ | 9% | 373,2 | 8,1 | 7,7 | - | 1,2 | (9,8) | 380,4 |
| ENTE | 6% | 612,2 | 8,8 | 51,6 | - | 2,9 | (16,8) | 658,7 |
| ERTE | 5% | 129,3 | 1,6 | 10,7 | - | 1,0 | (3,8) | 138,9 |
| ESDE ¹ | 7% | 65,8 | 1,0 | 1,4 | - | 0,3 | (1,8) | 66,7 |
| ESTE ¹²³ | 8% | 335,9 | - | - | 79,8 | - | - | 415,8 |
| ETEP | 6% | 219,8 | 3,3 | 18,3 | - | 1,8 | (7,2) | 236,0 |
| ETSE ¹ | 6% | 51,5 | 0,7 | 1,0 | - | 0,2 | (1,2) | 52,2 |
| LUMITRANS | 5% | 74,2 | 0,9 | 5,9 | - | 0,4 | (3,3) | 78,0 |
| STC ¹ | 5% | 76,9 | 0,9 | 1,5 | - | 0,7 | (3,6) | 76,3 |
| TRANSIRAPE | 8% | 99,1 | 1,7 | 7,8 | 2,9 | 0,6 | (3,7) | 108,3 |
| TRANSLESTE | 10% | 96,9 | 2,4 | 8,1 | - | 0,4 | (4,3) | 103,6 |
| TRANSUDESTE | 8% | 73,2 | 1,4 | 6,0 | - | 0,4 | (3,9) | 77,1 |
| Total | | 15.619,4 | 241,5 | 676,9 | 483,4 | 196,2 | (550,5) | 16.666,9 |

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

⁴ Alteração de metodologia de cálculo do ativo contratual impactou o saldo do ativo contratual da AIE no 1T21

5.3. DRE 2T21

| DRE | IFRS | | | Regulatório | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|---------------|
| | R\$ mil | 2T21 | 2T20* | Var | 2T21 | 2T20 | Var |
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | | | | | | |
| Disponibilização do sistema de transmissão | - | - | - | 0,0% | 439.934 | 431.319 | 2,0% |
| Operação e manutenção | 175.029 | 165.059 | 165.059 | 6,0% | - | - | 0,0% |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | 186.847 | 163.939 | 163.939 | 14,0% | - | - | 0,0% |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | 441.015 | 77.907 | 77.907 | 466,1% | - | - | 0,0% |
| Receita de Implementação de Infraestrutura | 169.796 | 425.178 | 425.178 | -60,1% | - | - | 0,0% |
| Outras receitas operacionais | 6.136 | 6.033 | 6.033 | 1,7% | 9.393 | 268 | 3404,1% |
| Parcela variável | (6.983) | (3.125) | (3.125) | 123,4% | (6.983) | (3.125) | 123,4% |
| TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 971.841 | 834.991 | 834.991 | 16,4% | 442.344 | 428.462 | 3,2% |
| PIS e COFINS | (51.130) | (56.622) | (56.622) | -9,7% | (23.578) | (24.436) | -3,5% |
| ISS | (158) | (94) | (94) | 66,8% | (158) | (94) | 66,8% |
| ICMS | (3) | (39) | (39) | -91,5% | (3) | (39) | -91,5% |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | (16.229) | (18.167) | (18.167) | -10,7% | (16.229) | (18.167) | -10,7% |
| Outras deduções | - | - | - | 0,0% | - | - | 0,0% |
| Deduções da receita operacional bruta | (67.520) | (74.922) | (74.922) | -9,9% | (39.968) | (42.736) | -6,5% |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 904.321 | 760.069 | 760.069 | 19,0% | 402.376 | 385.726 | 4,3% |
| Pessoal | (43.302) | (41.120) | (41.120) | 5,3% | (43.302) | (41.120) | 5,3% |
| Material | (96.307) | (249.797) | (249.797) | -61,4% | (1.651) | (774) | 113,3% |
| Serviços de terceiros | (23.811) | (20.041) | (20.041) | 18,8% | (23.811) | (20.042) | 18,8% |
| Outras despesas operacionais | (205) | (4.717) | (4.717) | -95,7% | (2.529) | (6.952) | -63,6% |
| Custos e Despesas | (163.625) | (315.675) | (315.675) | -48,2% | (71.293) | (68.888) | 3,5% |
| Depreciação e amortização | (5.808) | (4.045) | (4.045) | 43,6% | (64.308) | (60.549) | 6,2% |
| Custos, Despesas e D&A | (169.433) | (319.720) | (319.720) | -47,0% | (135.601) | (129.438) | 4,8% |
| Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas | - | - | - | 0,0% | - | - | 0,0% |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 734.888 | 440.349 | 440.349 | 66,9% | 266.775 | 256.288 | 4,1% |
| Resultado de equivalência patrimonial | 280.161 | 147.829 | 147.829 | 89,5% | 32.755 | 57.537 | -43,1% |
| Renda de aplicação financeira | 7.149 | 9.340 | 9.340 | -23,5% | 7.149 | 9.340 | -23,5% |
| Despesas financeiras | (180.286) | (37.797) | (37.797) | 377,0% | (179.573) | (37.797) | 375,1% |
| Empréstimos e financiamentos | 53.666 | (31.239) | (31.239) | - | 53.666 | (31.239) | - |
| - Juros incorridos | (6.455) | (8.450) | (8.450) | -23,6% | (6.455) | (8.450) | -23,6% |
| - Variações monetárias | - | - | - | 0,0% | - | - | 0,0% |
| - Variação cambial | 80.766 | (27.823) | (27.823) | - | 80.766 | (27.823) | - |
| - Ajuste ao valor justo | (20.645) | 5.034 | 5.034 | - | (20.645) | 5.034 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | (75.524) | 37.890 | 37.890 | - | (75.524) | 37.890 | - |
| - Juros incorridos | (15.403) | 2.655 | 2.655 | - | (15.403) | 2.655 | - |
| - Variação cambial | (80.766) | 27.823 | 27.823 | - | (80.766) | 27.823 | - |
| - Variações monetárias | - | - | - | 0,0% | - | - | 0,0% |
| - Ajuste ao valor justo | 20.645 | 7.412 | 7.412 | 178,5% | 20.645 | 7.412 | 178,5% |
| Debêntures | (152.678) | (39.153) | (39.153) | 290,0% | (152.678) | (39.153) | 290,0% |
| - Juros incorridos | (76.268) | (67.648) | (67.648) | 12,7% | (76.268) | (67.648) | 12,7% |
| - Variações monetárias | (76.409) | 28.495 | 28.495 | - | (76.409) | 28.495 | - |
| - Marcação a Mercado | - | - | - | 0,0% | - | - | 0,0% |
| Despesa Financeira – Arrendamento | (713) | (719) | (719) | -0,9% | - | - | 0,0% |
| Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas | (5.038) | (4.577) | (4.577) | 10,1% | (5.038) | (4.577) | 10,1% |
| Resultado financeiro | (173.137) | (28.457) | (28.457) | 508,4% | (172.424) | (27.739) | 521,6% |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | 841.911 | 559.721 | 559.721 | 50,4% | 127.106 | 286.087 | -55,6% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (144.016) | (95.491) | (95.491) | 50,8% | (15.169) | (28.477) | -46,7% |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 697.895 | 464.230 | 464.230 | 50,3% | 111.937 | 257.610 | -56,5% |
| EBITDA | 740.696 | 444.394 | 444.394 | 66,7% | 331.083 | 316.838 | 4,5% |
| Margem EBITDA | 81,9% | 58,5% | 58,5% | 23,4 pp | 82,3% | 82,1% | 0,1 pp |

*A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de junho de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de junho de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

5.4. DRE 6M21

DRE

| | IFRS | | | Regulatório | | | |
|--|------------------|------------------|-------|----------------|------------------|------------------|----------------|
| | R\$ mil | 6M21 | 6M20* | Var | 6M21 | 6M20 | Var |
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | | | | | | |
| Disponibilização do sistema de transmissão | - | - | - | 0,0% | 879.620 | 850.012 | 3,5% |
| Operação e manutenção | 350.058 | 326.311 | - | 7,3% | - | - | 0,0% |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | 373.848 | 312.693 | - | 19,6% | - | - | 0,0% |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | 805.863 | 201.246 | - | 300,4% | - | - | 0,0% |
| Receita de Implementação de Infraestrutura | 418.974 | 740.842 | - | -43,4% | - | - | 0,0% |
| Outras receitas operacionais | 11.945 | 20.051 | - | -40,4% | 725 | 518 | 39,9% |
| Parcela variável | (11.264) | (9.484) | - | 18,8% | (11.264) | (9.484) | 18,8% |
| TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 1.949.424 | 1.591.659 | - | 22,5% | 869.081 | 841.047 | 3,3% |
| PIS e COFINS | (103.899) | (107.051) | - | -2,9% | (47.550) | (46.372) | 2,5% |
| ISS | (308) | (185) | - | 66,3% | (308) | (185) | 66,0% |
| ICMS | (7) | (39) | - | -82,2% | (7) | (39) | -82,1% |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | (32.440) | (35.917) | - | -9,7% | (32.440) | (35.917) | -9,7% |
| Outras deduções | - | - | - | 0,0% | - | - | 0,0% |
| Deduções da receita operacional bruta | (136.654) | (143.192) | - | -4,6% | (80.305) | (82.514) | -2,7% |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 1.812.770 | 1.448.467 | - | 25,2% | 788.776 | 758.532 | 4,0% |
| Pessoal | (86.144) | (79.725) | - | 8,1% | (86.144) | (79.725) | 8,1% |
| Material | (264.888) | (444.648) | - | -40,4% | (2.359) | (1.095) | 115,5% |
| Serviços de terceiros | (35.766) | (34.346) | - | 4,1% | (35.766) | (34.347) | 4,1% |
| Outras despesas operacionais | (11.797) | (9.480) | - | 24,4% | (16.714) | (13.881) | 20,4% |
| Custos e Despesas | (398.595) | (568.199) | - | -29,8% | (140.984) | (129.048) | 9,2% |
| Depreciação e amortização | (10.495) | (7.491) | - | 40,1% | (127.399) | (117.657) | 8,3% |
| Custos, Despesas e D&A | (409.090) | (575.690) | - | -28,9% | (268.383) | (246.705) | 8,8% |
| Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas | - | - | - | 0,0% | - | - | 0,0% |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 1.403.680 | 872.777 | - | 60,8% | 520.393 | 511.828 | 1,7% |
| Resultado de equivalência patrimonial | 485.413 | 321.849 | - | 50,8% | 71.480 | 98.085 | -27,1% |
| Renda de aplicação financeira | 11.559 | 22.296 | - | -48,2% | 11.559 | 22.296 | -48,2% |
| Despesas financeiras | (367.795) | (185.612) | - | 98,2% | (366.376) | (184.164) | 98,9% |
| Empréstimos e financiamentos | 2.227 | (145.359) | - | - | 2.227 | (145.359) | - |
| - Juros incorridos | (15.069) | (11.800) | - | 27,7% | (15.069) | (11.800) | 27,7% |
| - Variações monetárias | - | 2 | - | -100,0% | - | 2 | -100,0% |
| - Variação cambial | 24.815 | (139.103) | - | - | 24.815 | (139.103) | - |
| - Ajuste ao valor justo | (7.519) | 5.542 | - | - | (7.519) | 5.542 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | (45.966) | 130.350 | - | - | (45.966) | 130.350 | - |
| - Juros incorridos | (28.670) | (3.211) | - | 792,9% | (28.670) | (3.211) | 792,9% |
| - Variação cambial | (24.815) | 139.103 | - | - | (24.815) | 139.103 | - |
| - Variações monetárias | - | - | - | 0,0% | - | - | 0,0% |
| - Ajuste ao valor justo | 7.519 | (5.542) | - | - | 7.519 | (5.542) | - |
| Debêntures | (312.737) | (160.339) | - | 95,0% | (312.737) | (160.339) | 95,0% |
| - Juros incorridos | (141.574) | (134.204) | - | 5,5% | (141.574) | (134.204) | 5,5% |
| - Variações monetárias | (171.163) | (26.135) | - | 554,9% | (171.163) | (26.135) | 554,9% |
| - Marcação a mercado | - | - | - | 0,0% | - | (2.307) | -100,0% |
| Despesa Financeira – Arrendamento | (1.418) | (1.448) | - | -2,0% | - | - | 0,0% |
| Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas | (9.900) | (8.816) | - | 12,3% | (9.900) | (8.816) | 12,3% |
| Resultado financeiro | (356.236) | (163.316) | - | 118,1% | (354.818) | (161.868) | 119,2% |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | 1.532.857 | 1.031.310 | - | 48,6% | 237.055 | 448.045 | -47,1% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (279.110) | (175.839) | - | 58,7% | (17.354) | (51.195) | -66,1% |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 1.253.747 | 855.471 | - | 46,6% | 219.702 | 396.850 | -44,6% |
| EBITDA | 1.414.175 | 880.268 | - | 60,7% | 647.792 | 629.485 | 2,9% |
| Margem EBITDA | 78,0% | 60,8% | - | 17,2 pp | 82,1% | 83,0% | -0,9 pp |

*A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de junho de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de junho de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

5.5. DRE IFRS 2T21 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Transmineirasse deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

| DRE IFRS | R\$ mil | ETAU | TBE | Aimorés | Paraguaçu | Ivaí | Transmineiras |
|--|---------------|----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|---------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | | | | | | |
| Disponibilização do sistema de transmissão | - | - | - | - | - | - | - |
| Operação e manutenção | 2.796 | 16.977 | - | - | - | - | 1.360 |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | 2.068 | 47.116 | - | - | - | - | 5.456 |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | 12.989 | 199.424 | - | - | - | - | 21.663 |
| Receita de Implementação de Infraestrutura | - | 81.331 | 12.107 | 17.060 | 201.743 | - | 3.175 |
| Outras receitas operacionais | 1.270 | 1.793 | - | - | - | - | 1.561 |
| Parcela variável | - | (194) | - | - | - | - | (1) |
| TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 19.124 | 346.446 | 12.107 | 17.060 | 201.743 | 201.743 | 33.213 |
| PIS e COFINS | (873) | (19.057) | (1.120) | (1.578) | (18.661) | (18.661) | (1.202) |
| ISS | - | - | - | - | - | - | - |
| ICMS | - | - | - | - | - | - | - |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | (373) | (3.409) | - | - | - | - | (524) |
| Outras deduções | - | - | - | - | - | - | - |
| Deduções da receita operacional bruta | (1.247) | (22.465) | - | - | - | - | (1.726) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 17.877 | 323.981 | 12.107 | 17.060 | 201.743 | 201.743 | 31.487 |
| CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS | | | | | | | |
| Pessoal | (161) | (5.670) | (41) | (75) | 85 | (292) | (292) |
| Material | 192 | (40.220) | (2.758) | (3.452) | (109.715) | (273) | (273) |
| Serviços de terceiros | (1.349) | (3.244) | (85) | (129) | (162) | (775) | (775) |
| Outras despesas operacionais | (98) | (1.142) | (11) | (15) | (9) | 14 | 14 |
| Custos e Despesas | (1.417) | (50.276) | (2.895) | (3.671) | (109.801) | (1.326) | (1.326) |
| Depreciação e amortização | (0) | (23) | (13) | (18) | (13) | (4) | (4) |
| Custos, Despesas e D&A | (1.417) | (50.300) | (2.908) | (3.688) | (109.814) | (1.330) | (1.330) |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 16.460 | 273.681 | 9.198 | 13.371 | 91.929 | 91.929 | 30.157 |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | 2.148 | - | - | - | - | - |
| Renda de aplicação financeira | 41 | 884 | 92 | 86 | 2.742 | 208 | 208 |
| Despesas financeiras | (179) | (12.806) | 4 | 10 | (29.296) | (803) | (803) |
| Juros incorridos | - | - | - | - | - | - | - |
| Variações monetárias e cambiais | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajuste ao valor justo | - | - | - | - | - | - | - |
| Arrendamento | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas | 44 | (946) | 4 | 10 | 33.654 | (25) | (25) |
| Resultado financeiro | (138) | (11.923) | 96 | 96 | (26.555) | (595) | (595) |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | 16.322 | 263.906 | 9.294 | 13.468 | 65.374 | 29.562 | 29.562 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (5.300) | (72.076) | (2.695) | (3.953) | (11.214) | (1.168) | (1.168) |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 11.021 | 191.830 | 6.599 | 9.514 | 54.160 | 28.394 | 28.394 |
| EBITDA | 16.460 | 273.704 | 9.211 | 13.389 | 91.942 | 30.161 | 30.161 |
| Margem EBITDA | 92,1% | 84,5% | 76,1% | 78,5% | 45,6% | 95,8% | 95,8% |

5.6. DRE IFRS 6M21 (Subsidiárias)

| DRE IFRS | R\$ mil | ETAU | TBE | Aimorés | Paraguaçu | Ivaí | Transmineiras |
|--|----------------|------------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|---------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | | | | | | |
| Disponibilização do sistema de transmissão | - | - | - | - | - | - | - |
| Operação e manutenção | 5.593 | 33.954 | - | - | - | - | 2.720 |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | 4.025 | 77.932 | - | - | - | - | 10.665 |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | 21.500 | 338.955 | - | - | - | - | 35.739 |
| Receita de Implementação de Infraestrutura | - | 156.695 | 22.374 | 31.032 | 387.805 | 3.438 | |
| Outras receitas operacionais | 2.512 | 4.076 | - | - | - | - | 3.058 |
| Parcela variável | - | (423) | - | - | - | - | (140) |
| TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 33.630 | 611.189 | 22.374 | 31.032 | 387.805 | 55.481 | |
| PIS e COFINS | (3.294) | (35.354) | (2.070) | (2.870) | (35.872) | (2.006) | |
| ISS | - | - | - | - | - | - | - |
| ICMS | - | - | - | - | - | - | - |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | (743) | (6.835) | - | - | - | - | (1.040) |
| Outras deduções | - | - | - | - | - | - | - |
| Deduções da receita operacional bruta | (4.037) | (42.189) | (2.070) | (2.870) | (35.872) | (3.045) | |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 29.593 | 568.999 | 20.305 | 28.162 | 351.933 | 52.435 | |
| CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS | | | | | | | |
| Pessoal | (322) | (10.873) | (135) | (225) | (89) | (495) | |
| Material | 185 | (77.995) | (4.687) | (5.527) | (212.061) | (2.843) | |
| Serviços de terceiros | (2.423) | (5.950) | (206) | (234) | (315) | (1.537) | |
| Outras despesas operacionais | (105) | (2.407) | (19) | (23) | (19) | (119) | |
| Custos e despesas | (2.665) | (97.226) | (5.046) | (6.009) | (212.483) | (4.995) | |
| Depreciação e amortização | (0) | (46) | (25) | (34) | (25) | (8) | |
| Custos, Despesas e D&A | (2.665) | (97.272) | (5.072) | (6.043) | (212.508) | (5.003) | |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 26.928 | 471.727 | 15.233 | 22.119 | 139.425 | 47.433 | |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | 3.773 | - | - | - | - | - |
| Renda de aplicação financeira | 68 | 1.420 | 147 | 140 | 5.056 | 257 | |
| Despesas financeiras | (481) | (23.216) | 2 | 8 | (63.008) | (1.262) | |
| Juros incorridos | - | - | - | - | - | - | - |
| Variações monetárias e cambiais | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajuste ao valor justo | - | - | - | - | - | - | - |
| Arrendamento | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas | - | (1.786) | 2 | 8 | (58) | (54) | |
| Resultado financeiro | (413) | (21.795) | 149 | 148 | (57.952) | (1.005) | |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | 26.515 | 453.705 | 15.382 | 22.266 | 81.473 | 46.428 | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (2.415) | (125.142) | (5.068) | (7.400) | (18.364) | (1.967) | |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 24.099 | 328.563 | 10.314 | 14.866 | 63.109 | 44.461 | |
| EBITDA | 26.928 | 471.773 | 15.258 | 22.153 | 139.450 | 47.441 | |
| Margem EBITDA | 91,0% | 82,9% | 75,1% | 78,7% | 39,6% | 90,5% | |

5.7. DRE Regulatório 2T21 (Subsidiárias)

DRE Regulatório

| | ETAU | TBE | Aimorés | Paraguaçu | Ivaí | Transmineiras |
|--|--------------|---------------|--------------|--------------|-----------------|---------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | | | | | |
| Disponibilização do sistema de transmissão | 7.461 | 93.790 | - | - | - | 13.348 |
| Operação e manutenção | - | - | - | - | - | - |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | - | - | - | - | - | - |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | - | - | - | - | - | - |
| Receita de Implementação de Infraestrutura | - | - | - | - | - | - |
| Outras receitas operacionais | - | - | - | - | - | - |
| Parcela variável | - | (194) | - | - | - | (1) |
| TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 7.461 | 93.596 | - | - | - | 13.347 |
| PIS e COFINS | (344) | (4.621) | - | - | - | (487) |
| ISS | - | - | - | - | - | - |
| ICMS | - | - | - | - | - | - |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | (373) | (3.426) | - | - | - | (524) |
| Outras deduções | - | - | - | - | - | - |
| Deduções da receita operacional bruta | (717) | (8.048) | - | - | - | (1.011) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 6.744 | 85.548 | - | - | - | 12.336 |
| CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS | | | | | | |
| Pessoal | (161) | (5.670) | (41) | (75) | 85 | (292) |
| Material | (1) | - | - | - | - | - |
| Serviços de terceiros | (1.349) | (3.244) | (78) | (122) | (155) | (775) |
| Outras despesas operacionais | (98) | (1.142) | (25) | (29) | (23) | 14 |
| Custos e Despesas | (1.610) | (10.056) | (144) | (226) | (93) | (1.053) |
| Depreciação e amortização | (881) | (11.331) | (7) | (11) | (6) | (1.290) |
| Custos, Despesas e D&A | (2.491) | (21.387) | (151) | (237) | (99) | (2.343) |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 4.253 | 64.162 | (151) | (237) | (99) | 9.993 |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | 910 | - | - | - | - |
| Renda de aplicação financeira | 41 | 884 | 92 | 86 | 2.742 | 208 |
| Despesas financeiras | (179) | (12.806) | 5 | 10 | (29.296) | (803) |
| Juros incorridos | - | - | - | - | - | - |
| Variações monetárias e cambiais | - | - | - | - | - | - |
| Ajuste ao valor justo | - | - | - | - | - | - |
| Arrendamento | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas | 44 | (946) | 5 | - | - | (25) |
| Resultado financeiro | (138) | (11.923) | 97 | 97 | (26.554) | (595) |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | 4.115 | 53.149 | (54) | (140) | (26.653) | 9.398 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (1.150) | (5.778) | 100 | 134 | 13.728 | (473) |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 2.965 | 47.372 | 46 | (6) | (12.926) | 8.925 |
| EBITDA | 5.134 | 75.492 | (144) | (226) | (93) | 11.283 |
| Margem EBITDA | 76,1% | 88,2% | - | - | - | 91,5% |

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Transmineiras se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

5.8. DRE Regulatório 6M21 (Subsidiárias)

DRE Regulatório

| | ETAU | TBE | Aimorés | Paraguaçu | Ivaí | Transmineiras |
|--|---------------|-----------------|--------------|--------------|-----------------|----------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | | | | | |
| Disponibilização do sistema de transmissão | 14.894 | 188.070 | - | - | - | 26.633 |
| Operação e manutenção | - | - | - | - | - | - |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | - | - | - | - | - | - |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | - | - | - | - | - | - |
| Receita de Implementação de Infraestrutura | - | - | - | - | - | - |
| Outras receitas operacionais | - | - | - | - | - | - |
| Parcela variável | - | (423) | - | - | - | (140) |
| TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 14.894 | 187.647 | - | - | - | 26.493 |
| PIS e COFINS | (686) | (9.234) | - | - | - | (967) |
| ISS | - | - | - | - | - | - |
| ICMS | - | - | - | - | - | - |
| Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA | (743) | (6.835) | - | - | - | (1.040) |
| Outras deduções | - | - | - | - | - | - |
| Deduções da receita operacional bruta | (1.428) | (16.070) | - | - | - | (2.007) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 13.466 | 171.578 | - | - | - | 24.486 |
| CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS | - | - | - | - | - | - |
| Pessoal | (322) | (10.873) | (135) | (225) | (89) | (495) |
| Material | (4) | - | - | - | - | - |
| Serviços de terceiros | (2.423) | (5.950) | (206) | (234) | (315) | (1.537) |
| Outras despesas operacionais | (105) | (2.407) | (33) | (37) | (33) | (119) |
| Custos e despesas | (2.854) | (19.230) | (374) | (496) | (436) | (2.152) |
| Depreciação e amortização | (1.758) | (22.697) | (12) | (21) | (12) | (2.575) |
| Custos, Despesas e D&A | (4.612) | (41.927) | (386) | (517) | (448) | (4.727) |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 8.854 | 129.650 | (386) | (517) | (448) | 19.759 |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | 1.820 | - | - | - | - |
| Renda de aplicação financeira | 68 | 1.420 | 147 | 140 | 5.056 | 257 |
| Despesas financeiras | (481) | (23.216) | 4 | 9 | (63.007) | (1.262) |
| Juros incorridos | - | - | - | - | - | - |
| Variações monetárias e cambiais | - | - | - | - | - | - |
| Ajuste ao valor justo | - | - | - | - | - | - |
| Arrendamento | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas | 26 | (1.786) | 4 | - | (56) | (54) |
| Resultado financeiro | (413) | (21.795) | 151 | 149 | (57.950) | (1.005) |
| RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | 8.440 | 109.675 | (235) | (368) | (58.398) | 18.755 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 4.365 | (12.263) | 236 | 290 | 29.187 | (910) |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 12.806 | 97.412 | 1 | (78) | (29.212) | 17.845 |
| EBITDA | 10.612 | 152.347 | (374) | (496) | (436) | 22.335 |
| Margem EBITDA | 78,8% | 88,8% | - | - | - | 91,2% |

5.9. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

Reconciliação EBITDA IFRS

| R\$ MM | 2T21 | 2T20* | Var.% | 6M21 | 6M20* | Var.% |
|--|--------------|--------------|----------------|----------------|--------------|----------------|
| Lucro Líquido | 697,9 | 464,2 | 50,3% | 1.253,7 | 855,5 | 46,6% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 144,0 | 95,5 | 50,8% | 279,1 | 175,8 | 58,7% |
| Despesas Financeiras Líquidas | 173,1 | 28,5 | 508,4% | 356,2 | 163,3 | 118,1% |
| Depreciação e Amortização | 5,8 | 4,0 | 43,6% | 10,5 | 7,5 | 40,1% |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (280,2) | (147,8) | 89,5% | (485,4) | (321,8) | 50,8% |
| EBITDA | 740,7 | 444,4 | 66,7% | 1.414,2 | 880,3 | 60,7% |
| Margem EBITDA | 81,9% | 58,5% | 23,4 pp | 78,0% | 60,8% | 17,2 pp |

*A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de junho de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de junho de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

Reconciliação EBITDA Regulatório

| R\$ MM | 2T21 | 2T20 | Var.% | 6M21 | 6M20 | Var.% |
|--|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|----------------|
| Lucro Líquido | 111,9 | 257,6 | -56,5% | 107,8 | 139,2 | -22,6% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 15,2 | 28,5 | -46,7% | 2,2 | 22,7 | -90,4% |
| Despesas Financeiras Líquidas | 172,4 | 27,7 | 521,6% | 182,4 | 134,1 | 36,0% |
| Depreciação e Amortização | 64,3 | 60,5 | 6,2% | 63,1 | 57,1 | 10,5% |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (32,8) | (57,5) | -43,1% | (38,7) | (40,5) | -4,5% |
| EBITDA | 331,1 | 316,8 | 4,5% | 316,7 | 312,7 | 1,3% |
| Margem EBITDA | 82,3% | 82,1% | 0,1 pp | 82,1% | 83,0% | -0,9 pp |

5.10. Balanço Patrimonial

| Balanço Patrimonial | 2T21 | | 2T21 | |
|--|---------|-------------------|------------------|------------------|
| | R\$ mil | IFRS | Ajustes | Regulatório |
| Ativos | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | 719.541 | - | 719.541 |
| Títulos e Valores Mobiliários | | - | - | - |
| Clientes | | 154.202 | - | 154.202 |
| Ativo contratual de concessão | | 1.113.385 | 1.113.385 | - |
| Impostos e contribuições sociais | | 154.543 | - | 154.543 |
| Cauções e depósitos vinculados | | 11 | - | 11 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | - | - | - |
| Dividendos e JCP a receber | | 50.641 | - | 50.641 |
| Estoque | | 15.635 | - | 15.635 |
| Outras contas a receber | | 44.520 | - | 44.520 |
| Total do Ativo Circulante | | 2.252.478 | 1.113.385 | 1.139.093 |
| Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante | | 9.721 | - | 9.721 |
| Ativo contratual de concessão | | 9.339.155 | 9.339.155 | - |
| Tributos Diferidos | | - | - | - |
| Impostos e Contribuições Diferidos | | - | (52.236) | 52.236 |
| Impostos e contribuições sociais | | - | - | - |
| Investimentos | | 3.154.124 | 1.659.723 | 1.494.401 |
| Clientes | | 21.277 | - | 21.277 |
| Depósitos judiciais | | 65.497 | - | 65.497 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 138.941 | - | 138.941 |
| Outras contas a receber | | 32.541 | - | 32.541 |
| Imobilizado | | 50.793 | (6.294.735) | 6.345.528 |
| Intangível | | 89.870 | (178.128) | 267.998 |
| Direito de uso | | 30.566 | 30.566 | - |
| Total do Ativo Não Circulante | | 12.932.485 | 4.504.345 | 8.428.140 |
| Total do Ativo | | 15.184.963 | 5.617.730 | 9.567.233 |
| Passivos | | | | |
| Fornecedores | | 68.425 | - | 68.425 |
| Impostos e contribuições sociais | | 44.242 | - | 44.242 |
| Empréstimos e financiamentos | | 15.717 | - | 15.717 |
| Debêntures | | 868.438 | - | 868.438 |
| Passivo de arrendamento | | 8.908 | 8.908 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | | - | - | - |
| Dividendos e JCP a pagar | | 31 | - | 31 |
| Taxas regulamentares | | 54.054 | - | 54.054 |
| Outras contas a pagar | | 60.538 | - | 60.538 |
| Total do Passivo Circulante | | 1.120.353 | 8.908 | 1.111.445 |
| Empréstimos e financiamentos | | 549.586 | - | 549.586 |
| Debêntures | | 5.334.721 | - | 5.334.721 |
| Passivo de arrendamento | | 24.625 | 24.625 | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 36.219 | - | 36.219 |
| Impostos e contribuições diferidos | | 1.042.428 | 922.265 | 120.163 |
| Tributos diferidos | | 581.246 | 581.246 | - |
| Provisão para contingências | | 57.543 | 2.594 | 54.949 |
| Provisão para desmobilização de ativos | | 457 | 457 | - |
| Obrigações especiais | | - | (11.209) | 11.209 |
| Fornecedores | | 32.213 | - | 32.213 |
| Outras contas a pagar | | 26.806 | - | 26.806 |
| Total do Passivo Não Circulante | | 7.685.844 | 1.519.978 | 6.165.866 |
| Patrimônio Líquido | | | | |
| Capital social realizado | | 3.042.035 | - | 3.042.035 |
| Reserva de capital | | 598.736 | 4.229 | 594.507 |
| Reserva de lucros | | 1.944.396 | - | 1.944.396 |
| Dividendos adicionais propostos | | - | - | - |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | 6.429 | - | 6.429 |
| Reserva AFAC | | - | - | - |
| Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio | | (466.577) | - | (466.577) |
| Lucros (prejuízos) acumulados | | - | 3.050.570 | (3.050.570) |
| Resultado do período | | 1.253.747 | 1.034.045 | 219.702 |
| Atribuído a participação dos acionistas controladores | | 6.378.766 | 4.088.844 | 2.289.922 |
| Participação de acionistas não controladores | | - | - | - |
| Total do Patrimônio Líquido | | 6.378.766 | 4.088.844 | 2.289.922 |
| Total do Passivo e do Patrimônio Líquido | | 15.184.963 | 5.617.730 | 9.567.233 |

5.11. Fluxo de Caixa IFRS

| Fluxo de Caixa | 2T21 | |
|---|---------|------------------|
| | R\$ mil | IFRS |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Resultado do período | | 1.253.748 |
| Itens de resultado que não afetam o caixa: | | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | | (485.413) |
| Depreciação e amortização | | 6.470 |
| Amortização de direito de uso | | 4.025 |
| Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis | | (81) |
| Provisão (Reversão) para compensação ambiental | | - |
| Receita de aplicações financeiras | | (75) |
| Custo Implementação - provisão fornecedores | | 261.617 |
| Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprest e Financ | | (2.227) |
| Juros e variações monetárias sobre debêntures | | 312.737 |
| Juros passivo de arrendamento | | 1.418 |
| Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos | | 45.967 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | 11.506 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 267.604 |
| Tributos diferidos | | 56.349 |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | | (373.848) |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | | (805.863) |
| Receita de Implementação de Infraestrutura | | (418.974) |
| Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas | | - |
| Provisão (Reversão) para parcela variável | | 5.203 |
| | | 140.163 |
| Variações nos ativos e passivos: | | - |
| (Aumento) Redução no saldo de clientes | | 29.332 |
| (Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão | | 518.342 |
| (Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos | | (24.305) |
| (Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos | | - |
| (Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos | | - |
| (Aumento) Redução no saldo de outros créditos | | 15.568 |
| Aumento (Redução) no saldo de fornecedores | | (286.181) |
| Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares | | (8.481) |
| Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar | | (700) |
| Dividendos recebidos das controladas | | - |
| Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig | | 303.505 |
| | | 547.080 |
| Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais | | 687.243 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (28.305) |
| Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais | | 658.938 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | |
| (Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos | | (60) |
| (Adições) Baixas no imobilizado e intangível | | (12.818) |
| Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido | | - |
| Aquisição de controladas em conjunto | | - |
| Aquisição de coligadas | | - |
| Aumento de capital em controladas em conjunto | | (20.000) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas | | - |
| Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos | | (32.878) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | | (15) |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal | | (456.203) |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros | | (20.276) |
| Captação de debêntures | | 739.584 |
| Pagamento de debêntures - principal | | - |
| Pagamento de debêntures - juros | | (26.551) |
| Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros | | (5.661) |
| Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ | | - |
| Pagamento de passivo de arrendamento | | (4.916) |
| Aquisição de Participação de Controlada | | - |
| Pagamento de dividendos e JCP | | (1.028.512) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | - |
| Aumento de capital | | - |
| Outros | | - |
| Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento | | (802.550) |
| Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa | | (176.490) |
| Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa | | 896.031 |
| Saldo final do caixa e equivalentes de caixa | | 719.541 |
| Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa | | (176.490) |

5.12. Fluxo de Caixa Regulatório

| Fluxo de Caixa | 2T21 | |
|---|---------|------------------|
| | R\$ mil | Regulatório |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Resultado do período | | 219.703 |
| Itens de resultado que não afetam o caixa: | | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | | (71.480) |
| Depreciação e amortização | | 127.400 |
| Amortização de direito de uso | | - |
| Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis | | (81) |
| Provisão (Reversão) para compensação ambiental | | - |
| Receita de aplicações financeiras | | (75) |
| Custo Implementação - provisão fornecedores | | - |
| Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprest e Financ | | (2.227) |
| Juros e variações monetárias sobre debêntures | | 312.737 |
| Juros passivo de arrendamento | | - |
| Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos | | 45.967 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | 11.506 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 5.847 |
| Tributos diferidos | | - |
| Remuneração do ativo contratual de concessão | | - |
| Correção monetária do ativo contratual de concessão | | - |
| Receita de Implementação de Infraestrutura | | - |
| Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas | | - |
| Provisão (Reversão) para parcela variável | | 5.203 |
| | | 654.500 |
| Variações nos ativos e passivos: | | |
| (Aumento) Redução no saldo de clientes | | 29.332 |
| (Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão | | - |
| (Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos | | (24.305) |
| (Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos | | - |
| (Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos | | - |
| (Aumento) Redução no saldo de outros créditos | | 15.568 |
| Aumento (Redução) no saldo de fornecedores | | (24.564) |
| Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares | | (8.481) |
| Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar | | (700) |
| Dividendos recebidos das controladas | | - |
| Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig | | 303.505 |
| | | 290.355 |
| Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais | | 944.855 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (28.305) |
| Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais | | 916.550 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | |
| (Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos | | (60) |
| (Adições) Baixas no imobilizado e intangível | | (275.346) |
| Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido | | - |
| Aquisição de controladas em conjunto | | - |
| Aquisição de coligadas | | - |
| Aumento de capital em controladas em conjunto | | (20.000) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas | | - |
| Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos | | (295.406) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | | (15) |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal | | (456.203) |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros | | (20.276) |
| Captação de debêntures | | 739.584 |
| Pagamento de debêntures - principal | | - |
| Pagamento de debêntures - juros | | (26.551) |
| Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros | | (5.661) |
| Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ | | - |
| Pagamento de passivo de arrendamento | | - |
| Aquisição de Participação de Controlada | | - |
| Pagamento de dividendos e JCP | | (1.028.512) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | - |
| Aumento de capital | | - |
| Outros | | - |
| Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento | | (797.634) |
| Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa | | (176.490) |
| Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa | | 896.031 |
| Saldo final do caixa e equivalentes de caixa | | 719.541 |
| Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa | | (176.490) |

Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A “dívida líquida” não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.